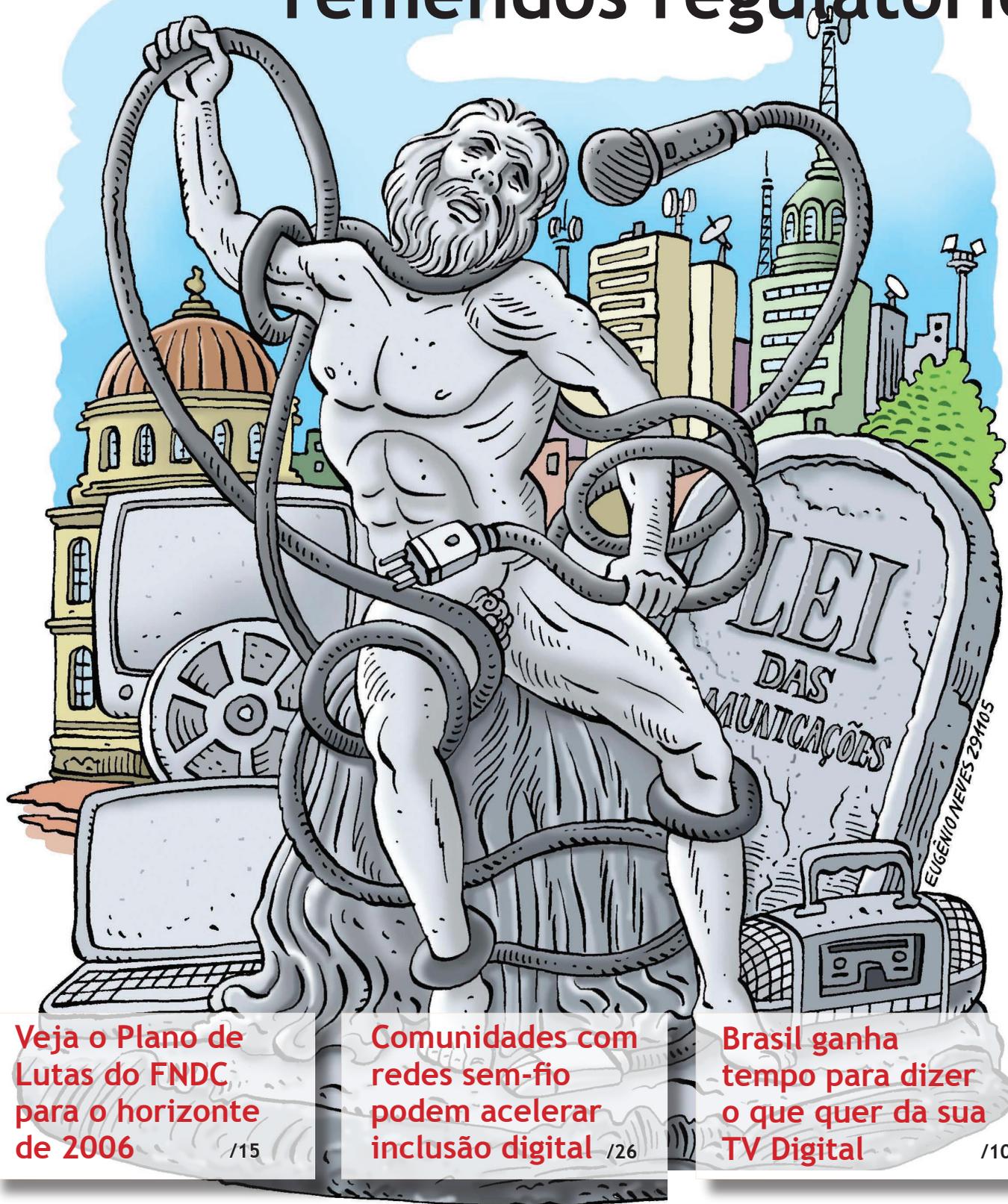


### 40 anos de emendas e remendos regulatórios



Veja o Plano de Lutas do FNDC para o horizonte de 2006 /15

Comunidades com redes sem-fio podem acelerar inclusão digital /26

Brasil ganha tempo para dizer o que quer da sua TV Digital /10

Há vagas  
para leitores de  
entrelinhas.



Ajude a fazer a revista do FNDC.

Escreva para [imprensa@fndc.org.br](mailto:imprensa@fndc.org.br)

## Compartilhar informação é dividir poder

**S**e informação é poder, compartilhá-la é alterar a forma como este poder é exercido. É ter compromisso em trazer à tona qualquer debate que antes era travado na base do murmúrio e à meia-luz. Na área das comunicações, geralmente a democracia só é interessante no quintal do vizinho. Ser transparente e probo é uma obrigação do Estado; nunca do jornal ou da emissora de TV que cobra isso dos governantes. A liberdade de expressão só interessa se não for uma via de mão dupla. Praticar o contrário disso é quase pecado mortal. É preciso mudar esse jogo.

Em 15 anos de história, comemorados ao longo deste ano de 2006, é a primeira vez que o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação tem condições de materializar em tinta e papel a democratização da sua comunicação. O que já acontecia diariamente em nossa página de internet – por meio de publicações como o *Clipping FNDC* e o boletim semanal *e-Fórum* – agora tende a se difundir ainda mais com as edições de *MídiaCom Democracia*. Democratizar a informação é um primeiro estágio para se atingir um maior grau de democracia nas comunicações. Como sempre dizemos, esta é uma luta sem final previsível. *MídiaCom Democracia* é mais um passo nesta direção. Esperamos que você tenha prazer em ler e compartilhar este instrumento de poder que está em suas mãos!

Coordenação Executiva do FNDC

Apoio



FORD FOUNDATION



## Expediente

### Coordenação Executiva FNDC 2004-2006

**Celso Augusto Schröder** – Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj); **Vera Lúcia Canabrava** – Conselho Federal de Psicologia (CFP); **José Guilherme Castro** – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço); **Berenice Mendes Bezerra** – Associação Nacional das Entidades de Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversões

MídiaComDemocracia é uma publicação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Jornalista responsável: James Görgen (reg.prof. nº 7742)

Reportagens: Ana Rita Marini  
Redação: Ester Scotti  
Edição de Arte: Cláudio Machado  
Editoração: Marcos Strey  
Colaboraram nesta edição: Alexandre

### 4 Regulação



#### Alguma coisa está fora da ordem

Em fase de definição, o novo marco regulatório da área da comunicação ainda está longe de um denominador comum. Promessa de organização da histórica dispersão normativa e um maior controle público sobre a mídia.

### 10 Digital



#### A TV que queremos

Mobilização na sociedade e no Congresso Nacional evitam decisão açodada na questão da TV Digital. Debates ganham novo calendário que pode contemplar o interesse público além da vontade do governo e das empresas de radiodifusão.

### 15 XII Plenária



#### Definições digitais

Encontro anual do FNDC realizado em Belo Horizonte traçou os rumos da luta pela democratização da comunicação. Tecnologia digital esteve no centro dos debates como um meio de mudança social e emancipação cidadã.

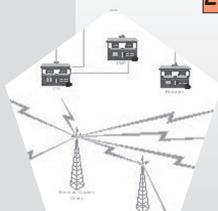
### 22 Free Press



#### Mobilização à americana

Conferência Nacional pela Reforma da Mídia, realizada em Saint Louis e organizada pela ONG Freepress, mostra como a esquerda norteamericana enfrenta a falta de pluralismo na imprensa, especialmente no noticiário de guerra.

### 26 Redes



#### Cidadania a todo vapor

Como as redes comunitárias sem-fio promovem o acesso à internet em alta velocidade em municípios e localidades remotas do Brasil. Experiências no exterior buscam enquadramento da tecnologia como serviço público gratuito.

(Aneate); **Márcio Câmara Leal** – Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão (Fitert)

### Conselho Deliberativo FNDC 2004-2006

Comitê pela Democratização da Comunicação da Bahia; Comitê pela Democratização da Comunicação de Camaçari; Comitê pela Democratização da Comunicação do Ceará; Comitê pela Democratização da Comunicação de Goiás; Comitê pela Democratização da Comunicação de Lauro de Freitas; Comitê pela Democratização da Comunicação do Maranhão; Comitê pela Democratização

da Comunicação de Minas Gerais; Comitê pela Democratização da Comunicação de Riachão do Jacuípe; Comitê pela Democratização da Comunicação do Rio Grande do Sul; Comitê pela Democratização da Comunicação do Rio de Janeiro; Comitê pela Democratização da Comunicação de Santa Catarina; Comitê pela Democratização da Comunicação de São Paulo; **Antônio José Vale da Costa** – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN); **Juliano Maurício de Carvalho** – Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo (FNJP)

representam necessariamente a posição de todos os sócios do FNDC. É livre a reprodução do conteúdo desde que citada a fonte.

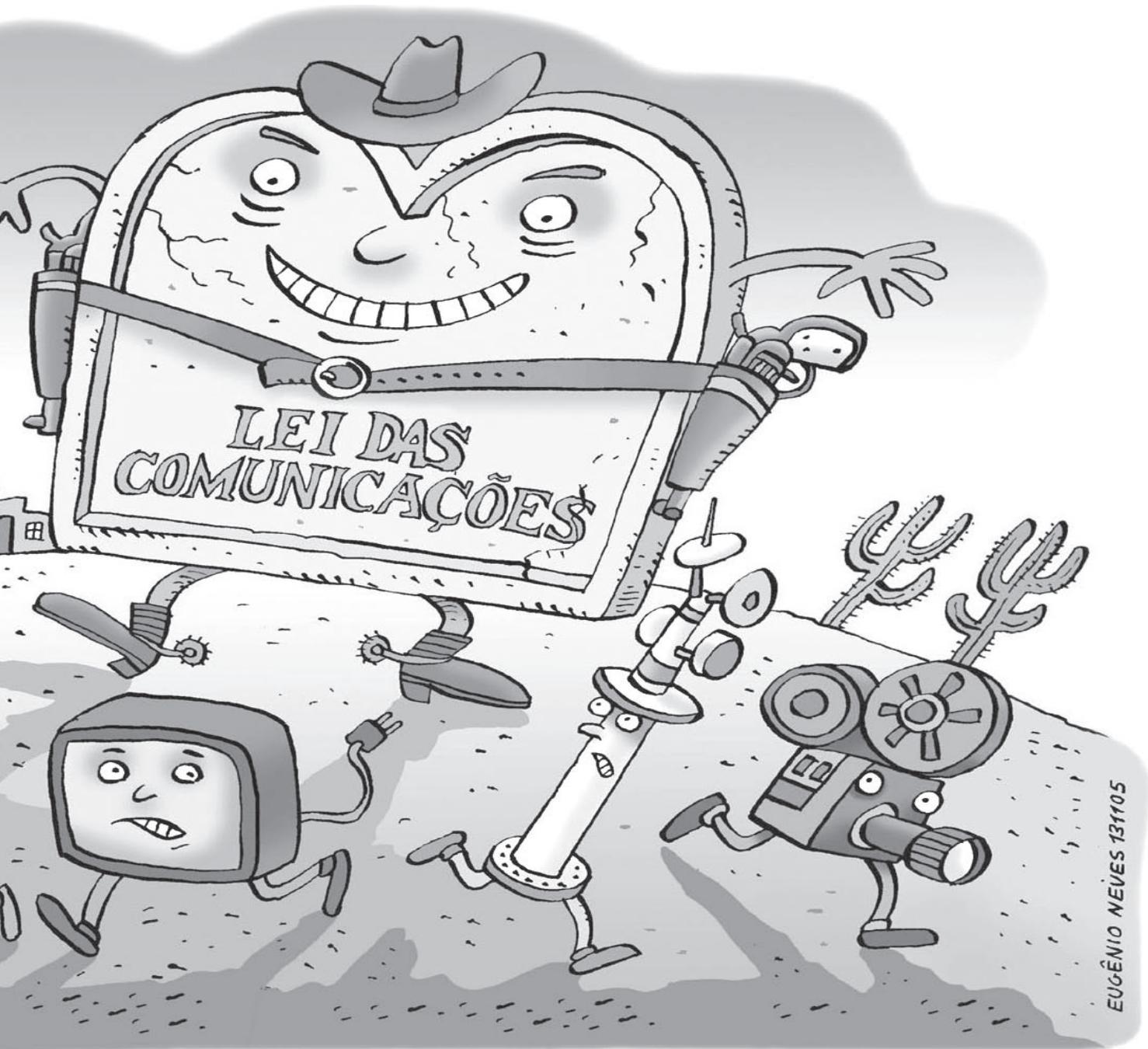
Enquanto as tecnologias de informação e comunicação caminham para uma união inexorável, a legislação brasileira da área foi sendo picotada historicamente para atender a interesses privados. Como rearranjar o que foi desordenado propositalmente ao longo de décadas é a questão a ser resolvida pelo governo em conjunto com a sociedade civil.

Desatar todos os nós a partir de uma nova regulamentação pode significar tanto um avanço quanto um retrocesso histórico. Tudo vai depender do grau de desapego que os atores envolvidos conseguirão exercitar durante o processo de elaboração da nova ordem jurídica das comunicações no Brasil.

Reportagem de **Ana Rita Marini**  
Ilustração de **Eugênio Neves**



# Quem tem medo da lei de comunicação eletrônica?



A comunicação social é um dos fenômenos que mais se desenvolveu nas últimas décadas. E a velocidade desse desenvolvimento se deu tanto no caso dos meios de distribuição quanto no formato e na infinidade dos conteúdos disponíveis. É difícil passar um dia sem que novos atributos e aplicações para as tecnologias de informação e comunicação sejam incorporados ao setor. Equipamentos e linguagens inovadoras, notáveis principalmente nas possibilidades a distância, na facilidade de acesso, na quebra de fronteiras e de paradigmas (internet e telefonia, tecnologias digitais...), permitem divulgar, misturar, aproximar ou

diferenciar culturas.

Liberdade de expressão e acesso democrático aos meios de produção de bens simbólicos são as grandes conquistas, junto com a instantaneidade da informação. Estes elementos alteram de forma radical e definitiva as relações sociais e as práticas democráticas, com impactos determinantes na cultura, na economia e na política do mundo todo. A convergência tecnológica apresenta-se como um horizonte inexorável, através de aparelhos que concorrem para alcançar o status de *killer application*, isto é, a solução completa para transmitir, processar e receber conteúdos de voz, vídeo e dados – transformando

em simples nuances características que antes distinguiam entre si mídias como rádio, televisão, jornal e os serviços de telecomunicações. Mas enquanto as tecnologias confluem, o conjunto de regulamentos que deveria regê-las – o chamado ordenamento jurídico – está organizado no sentido oposto.

No Brasil, a legislação das comunicações está fragmentada, mantendo como coisas distintas os serviços de telecomunicações e de radiodifusão. A Constituição Federal de 1988 não resolveu satisfatoriamente a organização e a exploração do que hoje já é chamado de comunicação social eletrônica. Assim, os serviços de radiodifusão (rádio

e TV aberta) permanecem atrelados ao Código Brasileiro de Telecomunicações (lei nº 4.117) – vigente desde agosto de 1962 – e são competência do Ministério das Comunicações, enquanto que o restante dos serviços de telecomunicações passaram a observar a Lei Geral de Telecomunicações (nº 9.472), aprovada em 1997, e respondem à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Na história recente, foram ensaiadas algumas tentativas de atualizar as regras, regular de forma conjunta os sistemas e conteúdos em radiodifusão, mas alguns empresários da área e seus representantes no Congresso Nacional trataram de despotencializar todas.

### Código defasado

Segundo uma análise do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), os cinco artigos do Capítulo V da Constituição Federal, que tratam da Comunicação Social, são os menos regulamentados do título “Da Ordem Social” (ver quadro da página 9). Por isso, até hoje permanecem ancorados ao Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT). Cristiano Aguiar Lopes, em seu estudo *Reflexões sobre a Regulação da*

Políticas em Comunicação da Universidade de Brasília, uma “Lei Geral da Comunicação Social Eletrônica” é uma necessidade absoluta para manter o otimismo de superar o déficit de acesso à comunicação, criado por um desequilíbrio estrutural do sistema capitalista. Ele acredita que esse sistema pode ser remediado, como aconteceu com o desenvolvimento da social-democracia e suas políticas afirmativas de promoção de direitos sociais. “Mas nem esta forma atenuada de uma economia capitalista resistiu ao radicalismo dos ideólogos do livre-mercado. Logo, superar o déficit de acesso à comunicação, como do acesso à comida, ao pleno emprego, e assim por diante, passa pela superação progressiva do capitalismo. Reconheço o irrealismo de curto prazo nesse pensamento, mas não tenho outro melhor a oferecer no momento. Como Gramsci [Antônio Gramsci, pensador clássico da política no século XX, co-fundador do Partido Comunista Italiano], sou um pessimista na razão, mas permaneço um otimista na vontade”, reflete.

### Dispersão legal

Bancar uma legislação coerente com a dinâmica dos meios de comunicação, que estabeleça condições legais para o funcionamento do setor – de grande importância política e econômica – gera conflitos no Governo Federal, tanto em sua esfera interna (que ministério? quem regula? até onde?), quanto em suas relações com os empresários dos setores envolvidos – telecomunicações e radiodifusão (mantê-los separados? quais os seus limites?).

Criar um conjunto de leis realmente abrangente, além do esforço e da vontade do governo, demandará ainda o empenho dos movimentos sociais, das representações da sociedade civil, organizados em torno do segmento. O FNDC aponta para a necessidade da criação de um marco regulatório como um processo de construção legal que incida sobre a comunicação. “Com a idéia de articulação entre os segmentos (teles e radiodifusão), levando em conta a convergência, que é inexorável tecnologicamente”, defende o coordenador geral do Fórum, Celso Schröder.

A advogada Vanda Bonna, especia-

lista em radiodifusão e consultora de empresas de rádio e TV, argumenta que a nomenclatura Serviços de Comunicação de Massa não está prevista nas leis que regem os serviços de telecomunicações e de radiodifusão, e que esta última está disposta, “inevitavelmente”, segundo ela, no parágrafo primeiro do artigo 4º da Resolução nº. 73/1998, da Anatel. “É importante frisar, no entanto, que aquela Agência não tem competência para legislar em matéria de radiodifusão, que são concedidos pela União através do Ministério das Comunicações, responsável pela sua regulamentação. Não havendo previsão legal, não há como se falar, hoje, em Serviços de Comunicação de Massa englobando radiodifusão. O que falta nesse cenário é uma lei atualizada que complemente os dispositivos constitucionais e venha a modernizar o setor”, ressalta a advogada.

Até a Constituição de 1988, diz Bonna, os serviços de telecomunicações eram considerados gênero e a radiodifusão era espécie. “A redação do item IV do artigo 22 da Constituição Federal separou as modalidades Serviços de Radiodifusão e de Telecomunicações, que, por falta de lei posterior, foram mantidas sob a égide do CBT. Com a promulgação da Lei Geral de Telecomunicações foi materializada a separação dos serviços. A LGT revogou os artigos do CBT pertinentes às telecomunicações e manteve inalterados os preceitos relativos à radiodifusão”, diz Bonna. Ela acredita, porém, que o CBT vigente para os serviços de radiodifusão não impede o avanço tecnológico. “Sua disposição conceitual é que está em alguns pontos ultrapassada”, considera.

No sentido inverso, mas com a mesma percepção sobre a possibilidade de convivência entre lei e tecnologia, a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) argumenta: “não acredito que a inovação tecnológica seja empecilho à regulamentação”. O incentivo à produção independente de conteúdos e a regionalização da programação do rádio e da televisão, por exemplo, estão previstos no artigo 221 da CF e constituem ações imprescindíveis à democratização da comunicação na opinião da parlamentar. Há 14 anos, Feghali vem lutando junto com artistas, jornalistas

“...superar o déficit de acesso à comunicação, como do acesso à comida, ao pleno emprego, e assim por diante, passa pela superação progressiva do capitalismo”  
**Murilo Ramos**

*R a -  
dioidifusão  
no Brasil – em busca da Lei Geral de Comunicação Eletrônica de Massa, escreve: “...se trata de uma legislação bastante desatualizada, já completamente inadequada à atual realidade tecnológica das comunicações. É óbvio que o resultado da divergência e do arcaísmo que marcam nossa legislação de comunicações é uma realidade na qual existe um virtual mercado livre. Desse modo, é como se não houvesse lei alguma”.*

Para o professor Murilo César Ramos, coordenador do Laboratório de

e publicitários pela regulamentação do artigo 221 da CF. É de sua autoria o projeto de lei nº 256/91, que regulamenta o inciso III deste artigo (ver quadro na página 9). “Enfrentamos toda sorte de argumentos e dificuldades num tema aparentemente unânime: mostrar o Brasil e suas particularidades na TV. Os empresários não aceitam ter sua atividade regulada pelo Estado, mesmo sabendo que as emissoras de televisão operam concessões públicas. Eles sabem da importância política de um veículo de comunicação e usam sua influência para se manterem fora do controle social”, reflete a deputada.

## Década perdida

Ensaíada oficialmente há vários anos – há tentativas desde o início do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso – a proposta de uma Lei de Comunicação Eletrônica de Massa (LCEM) já teve seis anteprojetos, todos engavetados, substituídos por ações que se apresentavam para sanar os interesses de plantão: privatizações na telefonia fixa e móvel, instituição de política de satélites, implementação da TV por assinatura, comunicação de dados e abertura para o capital estrangeiro.

A dificuldade dos governantes em convocar para a mesma arena os grandes empresários da mídia e as representações organizadas da sociedade civil – e sustentar um debate amplo sobre o que é necessário, o que é de direito, de interesse do cidadão – fez pipocar, na última década, uma série de ações pontuais e algumas regulamentações para a área:

▶ 1995 – com a articulação (inédita) da sociedade civil, foi aprovada a lei nº 8.977/95, que dispõe sobre o serviço de TV a Cabo;

▶ 1996 – criada a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que

incorporou mecanismos democráticos, como o das consultas e audiências públicas. Por meio de portarias e normas, a Anatel regulamenta os serviços de TV a cabo, MMDS (sinais de TV distribuídos por meio de microondas) e DTH (sistema de tv paga por satélite);

▶ 1997 – aprovada a Lei Geral de Telecomunicações (LGT-nº 9.472/97), que regula a política de telefonia;

▶ 1998 – aprovada a Lei da Radiodifusão Comunitária (nº 9.612/98), fruto de uma pressão massiva e contínua de movimentos sociais, entidades e organismos envolvidos com a democratização da comunicação. É considerada até hoje, por esses mesmos movimentos, como “insuficiente e mal costurada”;

▶ 2000 – instituição do FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), pela lei 9.998, que colocou na mão do Ministério das Comunicações R\$ 5 bilhões para projetos de inclusão social na área das telecomunicações.

▶ 2001 – consulta pública para a escolha da plataforma da TV Digital e consulta pública da Lei dos Serviços de Radiodifusão em substituição à LCEM;

▶ 2002 – foi possibilitado na Constituição (E.C. nº 36 - art. 222) que grupos inter-

nacionais detenham até 30% do capital das empresas jornalísticas e de rádio e TV brasileiras. O processo que culminou nessa emenda correu sem o debate aberto com a sociedade. O texto, que tramitava no Congresso desde 1995, foi aprovado em seis meses no período eleitoral.

▶ 2003 – Governo estabelece o Sistema Brasileiro de TV Digital.

▶ 2004 – Discussão abortada do anteprojeto de lei da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav).

▶ 2005 – Governo estabelece grupo de trabalho interministerial para elaborar o anteprojeto da lei de comunicação.

## Nove Ministérios irão elaborar o anteprojeto da nova lei da comunicação social eletrônica

No dia 17 de janeiro de 2006, o presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou um decreto criando uma Comissão Interministerial (CI) com a finalidade de elaborar anteprojeto de lei que regulamentará os artigos 221 e 222 da Constituição Federal para enquadrar legalmente a organização e exploração dos serviços de comunicação social eletrônica. Conforme o Decreto, o grupo será composto por representantes da Casa Civil, Secretaria-Geral da Presidência da República, Ministério da Cultura, Ministério das Comunicações, Ministério da Fazenda, Ministério da Justiça, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério da Educação, Ministério das Relações Exteriores, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República e um representante da Advocacia-Geral da União. Um Comitê Consultivo formado por representantes da sociedade civil e entidades relacionadas com a produção audiovisual e serviços de comunicação social eletrônica poderá ser constituído para prestar ao colegiado informações necessárias para elaboração do anteprojeto de lei. O Comitê Consultivo terá ainda a participação da Casa Civil e será coordenado por esta. A ministra-chefe poderá convidar às reuniões representantes de órgãos da administração federal, estadual e municipal, entidades privadas e organizações não-governamentais. A CI encerrará seus trabalhos com a apresentação do anteprojeto ao Presidente da República.

O decreto que cria o grupo de trabalho foi publicado na edição do Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2006, e revoga o Decreto de 26 de abril de 2005, que criava um Grupo de Trabalho Interministerial com a mesma finalidade. A diferença de um texto para o outro foi a redução do status do grupo, transformado em comissão, e a ausência de prazo para a apresentação do anteprojeto de lei.

“Os empresários não aceitam ter sua atividade regulada pelo Estado, mesmo sabendo que as emissoras de televisão operam concessões públicas. (...) usam sua influência para se manterem fora do controle social”  
**Jandira Feghali**

## Regras manipuladas

Na avaliação da advogada Bonna, a demora na elaboração do marco regulatório está justamente na grande envergadura a ele destinada nos projetos elaborados pelo Executivo. “Ao invés de ser restrita à radiodifusão, cuja legislação é única da década de 60, o governo quer dar uma amplitude incomensurável alcançando serviços de telecomunicações, produções audiovisuais, internet, convergência, etc.”. Para Bonna, que tem clientes radiodifusores, o setor tem sido alvo constante de projetos de lei (aproximadamente 400, segundo ela). “O radiodifusor não combate uma nova legislação, apenas teme que o desconhecimento e a pluralidade de outros meios não afetos à radiodifusão e sua finalidade, que é difundir a cultura nacional, venham inviabilizar a execução do serviço”, defende.

Para Schröder, é louvável a disposição dos radiodifusores relatada pela advogada. Mas ele observa que o que se vê neles é uma enorme resistência em se submeter a qualquer tipo de regulação. “Já deixaram claro que, para eles, lei melhor é lei nenhuma. A legislação brasileira nessa área é antiga e ineficiente, desde o início manipulada pelos radiodifusores, que desqualificam os debates com a taxaço de censura”, afirma o coordenador do FNDC.

## Remendo de ocasião

O artifício do empresariado é recorrente. Desde o final de 2004, tramita no Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera pela segunda vez em três anos o mesmo artigo 222. A PEC nº 55/04, de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), propõe adaptar o texto da CF para disciplinar a propriedade dos meios de comunicação social, tendo em vista as “novas realidades tecnológicas que modificaram o cenário da comunicação social eletrônica”. Para isto, a PEC sugere – em lugar de regular o meio tecnológico utilizado – disciplinar a atividade de produção, programação e provimento de conteúdo submetendo toda e qualquer empresa de comunicação social ao mesmo regime jurídico. Assim, propõe que sejam incluídos no artigo 222 da CF – ou seja, no limite de

## Alguns nós a desatar

Muitas são as questões que envolvem a Comunicação Social Eletrônica, portanto, muitas são as arestas a serem aparadas para a construção de um marco regulatório para o setor. A convergência dos meios só veio aumentar a complexidade da missão. O FNDC identifica a seguir alguns dos “nós” que vêm mantendo o assunto sem definição:

- ▶ Qual o conceito de comunicação social eletrônica?
- ▶ Qual o conceito de radiodifusão pública?
- ▶ Como fiscalizar a política de criação de redes nacionais de TV?
- ▶ Como assegurar o direito à propriedade das emissoras sem permitir a formação de monopólios e oligopólios?
- ▶ Como organizar a exploração dos canais de rádio e TV com o advento da digitalização?
- ▶ Como estabelecer um controle público sobre o conteúdo veiculado pela mídia sem cair na censura ou no moralismo?
- ▶ Como regular a internet sem afrontar a liberdade de expressão?

30% ao capital estrangeiro – os serviços de provimento de acesso à internet, produção, programação e provimento de conteúdo.

Em outubro, o FNDC publicou o manifesto *A PEC e a voz do dono*, no qual analisa a proposta do senador e a portaria que estaria sendo gestada no Executivo, de isenção de tarifas de importação para equipamentos e aparelhos digitais. “As ações em curso são duas faces de uma mesma moeda. Além de não trazerem benefícios ao País, também liquidam a indústria nacional com a liberação de importações”, diz o texto. “Na verdade, serve apenas para a Rede Globo garantir seus negócios, impedindo a entrada das teles no mercado de produção e distribuição de conteúdo”, avalia o Fórum. “Tanto a posição da Globo, expressa na emenda de Maguito, que impede a confluência tecnológica, como a posição das teles, que criam ‘situações de fato’ transmitindo conteúdos audiovisuais como se fossem emissoras de rádio e televisão, são danosas para o

País. Por trás da disputa, os dois setores firmaram uma ‘santa aliança’: preservar seus lucros e liquidar a indústria nacional. (...) Isso trará um enorme atraso para o Brasil em relação a seus competidores – os demais países emergentes. Se prevalecer a posição das teles, assistiremos a uma rápida erosão e o aniquilamento do conteúdo nacional na programação do rádio e da TV. (...) A nenhum dos lados interessa o desenvolvimento da indústria nacional de semicondutores e componentes eletroeletrônicos”, conclui o FNDC.

O Ministério das Comunicações trouxe à vitrine das discussões da convergência tecnológica e da Lei de Comunicação o jornalista e senador, agora ministro, Hélio Costa, que vem lutando, segundo o manifesto do FNDC, “para pôr em andamento a agenda da Globo e introduzir a tecnologia digital no Brasil, colocando por terra os espaços públicos criados para a condução deste debate. Mais do que isso, ao acenar com a importação de equipamentos com isenção de tarifa, o ministro deixa claro que a indústria nacional deve se submeter à demanda da Globo pela TV Digital em alta definição”. (Leia mais sobre o assunto nas págs. 10 e 11)

## Ao debate

Em janeiro de 2006, o presidente Lula criou uma Comissão Interministerial (CI) para elaborar um anteprojeto de lei para regulamentar os artigos 221 e 222 da Constituição Federal que tratam da organização dos serviços de comunicação social eletrônica. A CI é composta por nove ministérios, duas secretarias de governo e a Advocacia-Geral da União, para elaborar estudos e promover amplo debate com os segmentos envolvidos, sobre aspectos técnicos, políticos, econômicos, sociais e jurídicos a serem observados no cumprimento dos arts. 221 e 222 da CF. Na coordenação do anteprojeto, está a Casa Civil.

Na avaliação do FNDC, entretanto, as recentes derrotas da sociedade civil e do governo nos episódios de proposição do Conselho Federal de Jornalismo e da Ancinav indicam, neste momento, uma inclinação à censura, perigosa ao processo democrático necessário para estas discussões. “Precisamos, antes de tudo, popularizar, ampliar o debate com a so-

cidade, enfocando toda a complexidade que cabe ao assunto, até chegar ao ponto. Só assim construiremos o processo com os movimentos articulados – que não precisam se apropriar da mesma maneira do debate – mas, que estando nele, garantirão que este será um debate democrático”, avalia Schröder.

### **Ações quixotescas**

Os radiodifusores apelam a argumentos como censura, cerceamento à liberdade de imprensa e de expressão quando se ensaia qualquer discussão sobre a regulação de suas atividades pelo estabelecimento de mecanismos de controle público. Com essas bandeiras, vêm conseguindo adiar a discussão. O consultor Cristiano Lopes, em seu estudo para a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, contra-argumenta: “É justamente com garantias à liberdade de expressão e ao ambiente regulatório propício à atração de investimentos que se faz necessária uma

nova regulamentação para o setor de radiodifusão, de modo que se possa tirar essa atividade da auto-regulação e trazê-la de volta ao domínio público”.

Segundo o professor Murilo Ramos, governo algum até hoje, por mais pressionado que tenha sido pela base social que sustenta o movimento pela democratização da comunicação, ou sou enfrentar os radiodifusores, em especial a Rede Globo. “Nem o anterior, de Fernando Henrique, nem o atual, de Luiz Inácio Lula da Silva”. Um marco regulatório para a comunicação contraria frontalmente os desejos dos concessionários e permissionários de rádio e televisão, que, segundo Murilo, “não querem trocar o conforto de uma legislação que lhes garante a condição de verdadeiros proprietários do espectro pelo de usuários condicionais de um bem público. O que fazer?”, pergunta, e responde ele mesmo: “Continuar lutando, os ‘dom quixotes’ contra os moinhos. Não de vento, mas de enor-

me poder sobre os nossos corações e mentes”.

O FNDC defende que na discussão sobre a criação de uma regulamentação para a comunicação social a convergência tecnológica seja levada em conta em todos os aspectos que a envolvem, desde a produção industrial até a de conteúdos. “Assim como no episódio da ‘Guerra do Cabo’, ocorrido em meados da década de 90, somente um grande pacto entre a sociedade civil, os empresários e os trabalhadores brasileiros poderá produzir um modelo de serviços que sirva à Nação e ao povo brasileiro”, publicou o Fórum em seu manifesto.

Com o redirecionamento do debate sobre a TV Digital (veja matéria na página 10), o FNDC acredita que pode ter surgido a oportunidade para que a sociedade consiga negociar uma nova regulação para o setor de comunicações, recuperando a defasagem histórica e considerando as mudanças de paradigmas surgidas na última década.

## **A Comunicação Social brasileira na Constituição Federal**

O Capítulo V do Título VIII (da Ordem Social) no texto constitucional de 1988 é dedicado à Comunicação Social, e dispõe de cinco artigos. Abaixo, reproduzimos um resumo da norma e da situação de cada item em relação à regulamentação:

### **Artigo 220**

Aborda a liberdade da manifestação do pensamento e a inexistência de qualquer restrição à criação, à expressão e à informação em qualquer de suas formas, processos ou veículos. Atribui à lei federal as normatizações:

▶ Inciso I – Regular as diversões e espetáculos públicos, no sentido de informar sobre a natureza e a classificação etária dos mesmos. - REGULAMENTADO

▶ Inciso II – Estabelecer meios legais para garantir possibilidade de defesa da pessoa e da família contra programa ou programações de rádio e TV que contrariem os princípios fundamentais da produção e da programação no rádio e na TV. - SEM REGULAMENTAÇÃO

Determina ainda:

▶ Parágrafo 4º – Impor restrições legais à propaganda comercial de tabaco, bebidas alcóolicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias, - REGULAMENTADO

▶ Parágrafo 5º – Observar que os meios de comunicação não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio. - SEM REGULAMENTAÇÃO

### **Artigo 221**

Estabelece princípios a serem atendidos pela produção e a programação no rádio e na TV. São eles:

▶ Inciso I – Dar preferência a finalidades educativas, artís-

ticas, culturais e informativas. - SEM REGULAMENTAÇÃO

▶ Inciso II – Promover a cultura nacional e regional e estimular a produção independente. - SEM REGULAMENTAÇÃO

▶ Inciso III – Regionalizar a produção cultural, artística e jornalística, a partir de percentuais definidos em lei. - SEM REGULAMENTAÇÃO

▶ Inciso IV – Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família. - SEM REGULAMENTAÇÃO

### **Artigo 222**

Trata da propriedade das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, e da participação do capital estrangeiro na mídia brasileira. Em maio de 2002, recebeu uma emenda constitucional que permitiu o ingresso de pessoas jurídicas e de estrangeiros, no limite de até 30%, no capital das empresas de comunicação. - REGULAMENTADO

### **Artigo 223**

Atribui ao Poder Executivo competência para outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observada a complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. Atribui ao Congresso Nacional a deliberação final sobre os atos de outorga, estipulando prazos para renovação e as formas de cancelamento das mesmas. - SEM REGULAMENTAÇÃO

### **Artigo 224**

Trata da instituição do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional. - REGULAMENTADO

# Pressão da sociedade adia decisão e debate ganha fôlego

Dois anos de trabalho e, pelo menos, R\$ 40 milhões depois, o governo federal concluiu que a transição tecnológica da televisão brasileira seria a mesma cogitada pelo governo anterior e não deverá alterar o atual cenário da mídia brasileira. Politicamente, esta pode ser uma conclusão dos debates pouco públicos que começam a imperar na decisão sobre o Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD). No mês de janeiro, o governo ensaiou o anúncio de um sistema que poderia criar pouco espaço para novas emissoras, investiria apenas numa melhoria da qualidade da imagem e do som da televisão e nasceria praticamente sem uma política pública combinada com áreas afins – como geração de emprego e renda e diretrizes para a cultura e a indústria nacionais. A sociedade disse ao governo que não aceitaria essa decisão e pediu o adiamento do anúncio. Agora, o Congresso Nacional entrou na briga. Aparentemente, ao lado da sociedade.

Reunidos no final de janeiro, um grupo de deputados entendeu que a simples adoção de um

comunicação tem a ver com optar entre aumentar ou diminuir o grau de democracia existente na sociedade”, afirma o coordenador-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Celso Schröder.

O resultado foi a abertura, no âmbito da Câmara dos Deputados, com aval de seu presidente, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), de um calendário paralelo para o debate sobre a digitalização das comunicações e o início de tramitação do projeto de lei 6.525/06, de autoria do deputado Walter Pinheiro (PT-BA), que alterou o anúncio do modelo de referência do SBTVD para além de 10 de fevereiro. Os parlamentares concluíram que a TV Digital deveria ser debatida em uma Comissão Geral da Câmara dos Deputados, momento em que o Plenário interrompe os trabalhos da Casa para discutir um tema de relevância nacional. Também foi aprovada a realização de audiências públicas na Comissão de Ciência e Tecnologia e um seminário ainda sem data marcada. A decisão dos deputados de vários partidos de entrar na disputa coincidiu com uma pressão simultânea do FNDC e do Coletivo Intevozes. No dia 19 de janeiro, ambos divulgaram documentos nos quais pediam o adiamento do anúncio do modelo e o redirecionamento dos trabalhos visando a recuperação do interesse público.

## Além da tecnologia

Em poucas palavras, a tecnologia digital aplicada à radiodifusão de sons e imagens é a forma como um determinado conteúdo, que hoje recebemos em casa por um canal de televisão, é empacotado para garantir que mais informações, sob a forma de dados, sejam transmitidas pelo ar e recebidas pelos 60 milhões de aparelhos existentes no Brasil. Quanto maior o poder de compressão dos sinais, mais conteúdo poderá ser enviado. Mas este conteúdo pode ficar restrito a uma melhor qualidade de imagem e de som ou se converter

na ocupação do canal para a oferta de uma gama muito maior de serviços, incluindo aqueles que permitam a inclusão social dos cidadãos, bem como a inserção de novos atores em um setor onde a concentração da propriedade é uma das maiores da economia nacional.

Preocupações como essas estavam embutidas no decreto 4.901, editado pelo governo em novembro de 2003, que criou o SBTVD. E era isso que diferenciava a decisão do governo Lula das negociações travadas durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, quando as grandes redes de TV estavam ditando o ritmo do processo. Uma mobilização do Fórum entre 2001 e 2002, coincidindo com o final do mandato de FHC e a instalação do Conselho de Comunicação Social, já havia ajudado a frear a situação de fato que apontava 2003 como data do início das transmissões digitais na televisão brasileira.

## Mudança de rumo

Se a democracia foi enxertada no decreto como uma conquista da sociedade, não foi levada em conta na sua aplicação. Em meados de janeiro de 2006, a Fundação CPqD apresentou ao governo federal os resultados de dois anos das pesquisas contratadas para o desenvolvimento das soluções nacionais que serão adotadas em seis subsistemas do SBTVD com o investimento de R\$ 38 milhões. Em questão de dias, as milhares de páginas dos relatórios dos consórcios de universidades teriam sido analisadas pelo Grupo Gestor do SBTVD, composto de assessores dos ministérios, e definido que o modelo de referência seria anunciado em menos de um mês. Com base nas conclusões das pesquisas, a Fundação CPqD simulou duas possíveis soluções para um modelo nacional. Ambas eram muito similares – só existia diferença na tecnologia que seria usada em uma das camadas do sistema – e exigiriam a adoção dos padrões japonês (ISDB) ou europeu (DVB). Preferido dos radiodifusores e do ministro das Comu-

“O governo precisa desencadear uma política coordenada de ações que busquem sanar as lacunas e omissões de sua política, estabelecendo o prometido diálogo com a sociedade”  
**Manifesto do FNDC**

ção tecnológica, e a conseqüente subordinação das demais questões relacionadas a essa escolha, poderia condenar a oportunidade histórica de discutir com a sociedade qual o melhor modelo de comunicação social que serve ao País, de rever a defasada política regulatória a ele vinculada e de abrir novas portas para a indústria nacional. “Digitalizar a



No final de janeiro, deputados de vários partidos deram início a um processo de debates na Câmara e à elaboração de um calendário paralelo à agenda do governo

nações, Hélio Costa, o japonês poderia ter vencido a disputa, muito mais pela pressão política do que por seus méritos técnicos, uma vez que a maioria dos padrões existentes de TV Digital possuem poucas diferenças entre si e ele possui menor mercado consumidor em relação a seus concorrentes.

Segundo o CPqD, a inexistência de uma estação experimental para os testes prejudicou a avaliação de impactos e a análise dos resultados uma vez que “todos os *middlewares*, serviços e aplicações e canais de interatividade são validados de forma isolada, sem um teste sistêmico conclusivo”. O centro de pesquisas recomendou ao governo a liberação de R\$ 2,5 milhões para a construção desta estação-piloto. Independentemente da iniciativa, a instituição entende que é possível, nesse momento, definir uma arquitetura mínima do *set-top-box* (unidade receptora-decodificadora) que suporte estas inovações, permitindo a negociação com os fabricantes. “Mas ao longo do próximo ano, sem essa estação, será difícil convencer a qualquer ator da cadeia de valor a adotar uma das inovações”, justifica o CPqD.

## Política regulatória

Todas as dúvidas que ainda pairam sobre a decisão não foram explicitadas para a sociedade. O CPqD calcula que é justamente a parte alijada do processo que irá pagar dois terços dos R\$ 6 bilhões na matemática necessária para a transição, uma vez que toda a população será

obrigada a trocar seu aparelho receptor nos próximos 15 anos se quiser continuar captando sinais de televisão. Do mesmo modo, não foram esclarecidas as mudanças necessárias na legislação e na regulação do setor para viabilizar a transição. O que estava em discussão no Brasil desde 1999 era qual padrão tecnológico viabilizaria uma migração que levasse em conta as especificidades do Brasil em termos econômicos e culturais. Se foram medidos, os impactos relacionados com essa opção viraram, praticamente, “segredo de Estado”.

Sonegado do debate no âmbito do Comitê Consultivo do SBTVD, o documento sobre política regulatória (um dos quatro que não vieram a público) revelava como a implantação do novo modelo para a radiodifusão poderia inviabilizar a atualização do marco regulatório da área das comunicações (leia reportagem nas páginas 4 a 9). O CPqD tratou de cogitar os possíveis reflexos e necessidades de adequação do ordenamento jurídico que cada um dos três cenários traçados em um outro documento – *Mapeamento da Cadeia de Valor da TV Digital* – poderia acarretar.

O documento apontava para a necessidade de “adequar o quadro regulatório à introdução da TV digital no país”, concomitantemente à sua definição, para que possa ser implementado imediatamente. “Se isso não for feito juntamente com o processo de formulação de uma lei de comunicação social correremos o risco de a TV digital determinar a legis-

lação a ser feita”, alertava o FNDC. Na opinião do Fórum, o documento tanto poderia ser usado para justificar a opção por um cenário conservador de introdução da tecnologia digital, mantendo a concentração da propriedade e a fragmentação na regulamentação, como também poderia ser usado para promover a revisão do marco regulatório do setor, implementando mudanças que levem à democratização e à reestruturação real do espectro e dos sistemas e mercados de comunicações.

## Lacunas e omissões

Na mesma semana em que o governo anunciava os resultados das pesquisas dos consórcios de universidades, o manifesto do Fórum alertava a sociedade para a necessidade de se redirecionar a decisão do modelo do SBTVD a fim que fossem analisadas com mais profundidade as lacunas e omissões deixadas pelo caminho “e desencadear uma política coordenada de ações que busquem sanar as lacunas e omissões que até agora persistem, estabelecendo o prometido diálogo com a sociedade civil”.

O mesmo foi feito ainda em 2004, no âmbito do Comitê Consultivo do SBTVD, quando os representantes do FNDC formularam diretrizes fundamentais e ações para o Sistema. O documento sequer foi publicado no site oficial do SBTVD. Não fosse o interesse dos deputados e a pressão da sociedade, a condução do processo poderia continuar nesse caminho.

# Quinze anos de luta por uma comunicação democrática

A luta pela democratização da comunicação envolve tarefas complexas, gigantescas, permanentes, sem final previsível, nem abrangência plena. Nessa luta não há palavras de ordem, mas determinação. O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) nasceu da necessidade da sociedade civil organizada se apropriar do conhecimento sobre a área das comunicações a fim de exercer um controle público sobre a forma como o Estado e as empresas privadas exercem seu poder e estabelecem suas relações. Desde a origem, o Fórum decidiu não reduzir sua luta às bandeiras panfletárias, mas implantar um programa democratizador a partir de pequenas conquistas, de negociações, debates e embates, num processo permanente de desenvolvimento civilizatório. Dedicou-se a conviver com o “precário, o provisório, o instável”, a formular ações estratégicas, propostas nas bases do seu programa. Para isso, o FNDC congrega hoje 124 entidades nacionais e regionais que desafiam a lógica estabelecida por décadas de desmando na comunicação social brasileira. Em 2006, aos 15 anos de existência, o FNDC acumula história, a qual é descrita neste primeiro capítulo de uma série de reportagens sobre as origens de um movimento inédito no Brasil.

Desde a década de 80, movimentos pela democratização da comunicação surgiam no cenário político do Brasil e adquiriam uma certa experiência no embate político, institucional e teórico sobre a área. De 1984 a 1986, a Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas da Comunicação foi o grande laboratório de uma marcha que tomava corpo. Em 1987, ainda de uma maneira informal, a Frente se reestruturava como Movimento

Nacional pela Democratização da Comunicação (MNDC). Era 1988, havia apenas três anos de “Nova República” e as esperanças estavam centradas na finalização dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, que preparava a nova Constituição Federal e prometia um “respiro democrático” à sociedade brasileira ao reorganizar o Estado recém saído de duas décadas de ditadura militar.

## Mobilização inédita

Um grupo de militantes pela democracia na comunicação formado por entidades de classe – principalmente jornalistas, radialistas, artistas, professores universitários e estudantes de comunicação – teve atuação marcante no processo Constituinte, mas acabou vencido pelo *lobby* dos empresários que sempre exerceram influência forte sobre o Legislativo. Como resultado, o Capítulo V da Ordem Social da Constituição, cujos cinco artigos tratam da Comunicação Social, teve seu texto praticamente ditado pelos representantes da “grande mídia”.

O episódio da Constituinte, entretanto, não desmotivou aqueles militantes, que, num esforço permanente pela busca de políticas públicas na comunicação e após algumas iniciativas regionais, juntaram-se à Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) tendo como ponto de partida uma tese apresentada por Daniel Herz, Elisabeth Costa e Sérgio Murillo de Andrade no Congresso dos Jornalistas de 1990. O documento propunha atuar dentro e fora do Parlamento, pela democracia na comunicação e a regulamentação do Capítulo V; a pluralidade no sistema de concessão de rádios e TVs, a restrição de práticas monopolistas e de formação de oligopólios. Elizabeth Caser,

que participava, pelo Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos do Espírito Santo (Sated/ES), do Comitê da Cultura na Constituinte, lembra que a luta da categoria, especialmente pela regionalização da produção cultural, encontrou na luta pela democratização da comunicação as referências necessárias. “Em todos os estados onde havia sindicato de artistas, estes se incorporaram ao FNDC. O Daniel (Herz) era a nossa referência na luta, sabia tudo o que precisávamos saber, de regionalização a tecnologias. Nós, que tínhamos saído de um trabalho de ‘formiguinha’, na Constituinte, e precisávamos dar continuidade a esse movimento, encontramos no FNDC o meio para essa luta”, conta.

## Agenda variada

O radialista Francisco Pacheco participou do Fórum em seus primórdios, representando a Federação Interestadual de Trabalhadores em Radiodifusão e Televisão (Fiert). “Tínhamos uma proximidade com os jornalistas, mas nossa participação foi em função dos rádios livres, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, onde o movimento teve maior incidência junto aos radialistas”, lembra. Ele recorda um tensionamento que havia dentro do FNDC, entre o movimento pelas rádios livres e a atuação institucional do Fórum, e considera que, apesar das dificuldades, “era possível construir uma unidade”. Os dois movimentos internos tentavam se manter na organização. “Tínhamos a idéia de que democratizar era tanto organizar as falas da sociedade quanto garantir que os grandes meios também as acolhessem. O programa do Fórum é fruto dessa tensão”, reflete Celso Schröder, coordenador-geral do FNDC. Além dos jornalistas, radia-



listas e artistas, entraram para o FNDC o Conselho Federal de Psicologia (CFP), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Federação Interstadual dos Trabalhadores em Telecomunicações (Fittel), entre outras entidades. Marcos Ferreira era conselheiro no CFP, órgão que se associou ao FNDC devido ao valor que deposita na luta. “O tema democratização da comunicação é mais importante do que o investimento que recebe. Não temos a cultura de uma comunicação democrática, não temos clareza sobre o que colocar no lugar do que não queremos. Eu, particularmente, acho que o FNDC é o lugar onde mais colaborações são absorvidas, e o que melhor sabe aproveitá-las”, avalia Ferreira.

Desde 1991, quando foi criado como movimento social, o Fórum vem atuando no planejamento, mobilização, relacionamento, formulação de projetos, empreendimento de medidas legais e políticas para promover a democracia na comunicação. Grandes desafios apresentaram-se imediatamente: a implantação do Conselho de Comunicação Social; a regulamentação da TV a Cabo; a elaboração de uma nova Lei de Imprensa; e ainda a luta pela reestruturação da Rede Manchete. Uma das atuações mais importantes da história do FNDC ocorreu entre 93 e 94 durante o processo de elaboração do texto da Lei 8.977/95, que dispõe sobre o serviço de TV a Cabo no Brasil (*episódio que será tema da próxima reportagem desta série*). Em 1994, o Fórum atuava a partir de 44 comitês pela democratização da comu-

nicação e contava com a filiação de 394 entidades representativas de diferentes segmentos sociais. Em sua V Plenária, realizada em Salvador em julho daquele ano, o FNDC aprovou o documento *Bases de um Programa para a Democratização da Comunicação no Brasil*, que passou a orientar a atuação da militância (*veja quadro*). Em agosto de 1995, o Fórum se estruturava juridicamente e assumia o papel de associação civil.

Ao término do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso segue-se um momento de estagnação do Fórum. Beth Caser relata que “na era FHC houve uma desvalorização dos movimentos sociais, culturais, que impediram o fortalecimento dos comitês do Fórum”. Com o enfraquecimento da ação local, a representação nos movimentos de base restringe-se à ação das rádios comunitárias. O Fórum participa da concepção do conceito de Radiodifusão Comunitária, que acabou distorcido pela burocratizante Lei 9.612, em 1998, mas que o formaliza como um movimento concreto. As rádios comunitárias tornam-se um agente importante. Atualmente, são representadas pela Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), que integra a Coordenação Executiva do FNDC ao lado do CFP, Fitert, Fenaj e Aneate.

## Momento atual

Passado o processo de privatização das telecomunicações, o FNDC se rearticula a partir de 2001, quando é realizada sua VIII Plenária. Em 2002, elabora um programa de governo para a área das co-

municações e o envia para todos os candidatos à Presidência da República, inclusive Luís Inácio Lula da Silva, cujo partido aprova a proposta mas não a publica em seu programa. No final do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Fórum promove uma campanha contra a aprovação da Emenda Constitucional que permite a entrada de capital estrangeiro em empresas de comunicação. Nessa mesma época, é instalado o Conselho de Comunicação Social (CCS), uma das poucas vitórias inseridas na Constituição, onde seis membros do Fórum passam a representar os trabalhadores e a sociedade civil. É a consolidação do Fórum num espaço onde desempenha papéis importantes em debates como o da TV Digital, a regulamentação da regionalização da produção e programação do rádio e da TV; realiza e publica uma pesquisa sobre a concentração da mídia no Brasil. O Fórum readquire visibilidade e se reconstitui para os movimentos sociais.

Desde 2004, o FNDC e a Fenaj atuam também no Comitê Consultivo do Sistema Brasileiro de TV Digital (CC-SB-TVD), onde vêm contribuindo com análises e propostas, inclusive para a formulação de políticas industriais para o terreno da digitalização das comunicações. Na evolução dos diálogos com setores organizados da sociedade, o setor privado e o Estado, o Fórum segue sua luta, acreditando que ela é um processo cultural que não se esgota num objetivo específico, e que democratizar a comunicação ajuda na construção de uma sociedade mais justa.

## Os quatro eixos estratégicos do Fórum

► **Controle público** - processo eminentemente político, atribui à sociedade a condição de iniciativa diante do Estado e do setor privado, compartilhando responsabilidades e poderes na construção e orientação de sistemas de comunicações. Mobiliza setores organizados para fazer frente à dimensão estratégica que possui a comunicação no mundo contemporâneo.

► **Reestruturação do mercado** - objetiva a orientação para finalidades humanizadoras, que dependem de um Governo Federal que adote medidas de estímulo à concorrência e à capacidade empreendedora, em larga escala, visando a pluralidade, o fortalecimento da capacidade de produção por empresas e entidades, a regionalização da produção e a ampliação de mercado.

► **Capacitação da sociedade e dos cidadãos** - impres-

cindível para a mobilização da sociedade, do setor privado e do Estado, nas tarefas de revolucionar estruturalmente os sistemas de comunicações do País, possível através do fomento à compreensão da linguagem e dos artifícios empregados pela mídia, da capacidade de ler criticamente os meios de comunicação, desenvolvimento de formas e condições de defesa da cidadania e da dignidade humana em relação a estes meios.

► **Política de desenvolvimento da cultura** - busca ampliar ao máximo a incidência do público sobre os meios de comunicação, deflagrando um processo civilizatório no sentido de, democraticamente, arbitrar o destino dessa cultura e suas finalidades, capacitando o Brasil como um pólo mundial de elaboração teórica, técnico-científica e política sobre comunicação e, em particular, sobre a produção audiovisual. Perseguir objetivos econômicos de projeção de potência e de posicionamento geográfico estratégico no Sistema Internacional.

# Reconhecer o telespectador como cidadão

Estamos no limiar de uma definição do governo brasileiro sobre o sistema de transmissão de TV Digital que deverá ser adotado no país. Tal definição não implica apenas em escolhas sobre padrões de compressão, modulação, aplicações e recepção de sinais de vídeo e áudio. Não se trata apenas de optar por alta definição ou definição *standard*, monocanalização ou multicanalização, interatividade elementar ou interatividade máxima. A decisão vai transcender os aspectos tecnológicos, vai impactar em pelo menos outras três determinantes, como a economia política (modelos de negócio e serviço), a organização social (regulamentação que delimita papéis do Estado e do privado) e do conteúdo (discurso social, produção cultural). Portanto, um fenômeno com impacto equivalente ao que instituiu as sociedades industriais midiáticas (como destaca o pensador latino-americano Eliseo Verón, 2004\*) no século XIX, com o progresso da imprensa escrita e o posterior surgimento do rádio e TV (século XX). Ou na constituição da sociedade midiaticizada (Verón, 2004) com a evolução das mídias eletrônicas incrementadas no pós-Segunda Guerra. Circunstâncias que nos remetem ao conjunto de variáveis presentes na instância de produção do discurso midiático (tensionado pela lógica econômica, política, tecnológica, social).

O mundo digital que se avizinha sugere um cenário de convergência das mídias que fez outro pensador latino-americano, Jesús Martín-Barbero (2004\*), destacar que estamos vivendo uma reconfiguração das mediações que constituem os modos da política interpelar os sujeitos. Mas a forma como ameaça se instituir, a partir da lógica tecnológica, reforça outra percepção de Barbero, de que o técnico assume a condição de “*fim*” deixando de ser meio/instrumento, para ordenar as relações sociais. Nesse horizonte, é preciso revisitar o lugar que a recepção (sujeito) ocupa nas estratégias de produção da sociedade midiaticizada, particularmente da televisão – sendo necessário entender o que efetivamente se articula nas relações entre a noção de sistema e processo, e o lugar do autorial no discurso midiático – e então buscar os impactos e possíveis alterações que o processo de digitalização da TV poderá implicar. Especialmente, verificar que lugar possível reserva-se ao sujeito-receptor.

A comunicação mediada experimentou no século XX a construção de um espaço público onde a distribuição massiva de conteúdo por meios eletrônicos, como a televisão, instituiu níveis de articulação e, portanto, interação num fluxo de produção de sentido e troca simbólica

“Eis o desafio: um ponto de revisão destas noções ‘usuário’ e ‘cliente’. Acredita-se que se a instância de produção não fizer, a instância da recepção, o telespectador cidadão, no cenário de convergência, vai fazer.”

Arquivo Pessoal



entre quem produzia e quem recebia. Segundo Verón (2004), processou-se nesta transição entre a sociedade midiática e a sociedade midiaticizada uma “*adaptação das instituições das democracias*

*industriais às mídias, tornando-se estas últimas as intermediárias incontornáveis da gestão do social*”. Tal intermediação, acredita Verón, tem uma tendência de se tornar autônoma e tensionar (ele chega a dizer curto-circuitar) as instituições políticas. Exemplo dessa percepção é a gestão da atual crise política brasileira que se dá através dos principais veículos de mídia do país.

Na televisão, as instituições produtoras, tanto comerciais quanto públicas, esforçam-se para reconhecer a existência da recepção como sujeito. A TV privada, na sua lógica de mercado, só consegue tratar o telespectador como audiência. A TV pública, por razão de origem, anuncia sua missão de tratar o telespectador como cidadão, buscando o discurso de reconhecimento com a participação no “*interdiscurso*” (Verón, 2004). Coloca-se aqui outro desafio preliminar ao problema central: como se operam hoje estas relações entre emissora e telespectador? No interior do movimento de digitalização da televisão – comercial ou pública –, rearticulam-se estratégias com vistas à manutenção de papéis e contratos presentes no estatuto dos meios analógicos. A TV comercial depende de grande audiência e, portanto, de uma programação que atenda a um público geral; a TV pública, embora devesse por natureza trabalhar identidade e expressão cultural do “usuário” como cidadão, mos-

tra-se ainda dependente das diretrizes do governo e não do Estado. Mesmo assim, ambas acreditam que, graças à Internet, o público já participa da construção. Eis o desafio: um ponto de revisão destas noções “usuário” e “cliente”. Acredita-se que se a instância de produção não fizer esse movimento, a instância da recepção, o telespectador cidadão, no cenário de convergência, vai fazer.

Alexandre Kieling é diretor da Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU)

\* VERÓN, *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004. MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Razão Técnica e Razão Política: espaços/tempo não pensados*. In: *Revista Latino Americana de Ciências da Comunicação*, Ano 1, Nº 1, São Paulo: ALAIC, 2004.

Encontro anual do Fórum, realizado em Belo Horizonte no final de outubro de 2005, teve painéis sobre tecnologia digital, radiodifusão pública e cenários da democratização da comunicação. Com a proximidade das definições sobre a introdução da tecnologia digital no rádio e na TV, os representantes das entidades associadas questionaram os expositores sobre as possibilidades de mudança social surgidas com a inovação. Representantes do governo reafirmaram a disposição de fazer uma transição democrática.

## Digitalização dominou painéis da XII Plenária do FNDC

A digitalização das comunicações foi o cenário de fundo em quase todos os painéis realizados durante a XII Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), ocorrida em Belo Horizonte, de 28 a 30 de outubro de 2005. “Não tem como pensar em democracia na comunicação sem pensar na digitalização em todas as suas potencialidades, ou corremos o risco de aprofundarmos o processo de exclusão na comunicação por características especificamente tecnológicas”, afirmou Celso Schröder, coordenador-geral do FNDC.

Para Gabriel Priolli, presidente da Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU), debatedor no primeiro painel da plenária, a TV digital poderá permitir uma alteração profunda no sistema de televisão, que poderá ganhar novas personalidades, novos atores no processo de produção e distribuição de conteúdo, dependendo do que acontecer. “A definição agora é política, da correlação de forças entre os diversos setores interessados no assunto, que pode levar a uma televisão digital que modifique muito pouco o que gente já tem hoje”, avaliou.

Priolli defende que o setor público e a sociedade civil devem trabalhar duramente para tentar conquistar avanços neste processo. “A partida é dura, não acabou ainda, mas eu diria que nós estamos perdendo o jogo, porque há uma desproporção de forças muito grande.” Ele argumenta que um bloco formado pelas empresas de radiodifusão e mais a

indústria eletrônica compõe uma frente de poder muito grande, que mobiliza e influencia diretamente os ministérios poderosos, como o das Comunicações, Fazenda, Indústria e Comércio. Estes são mais simpáticos, segundo Priolli, aos pleitos apresentados pela radiodifusão e pela indústria eletrônica, que vão no sentido de mudar muito pouco o sistema de televisão que o Brasil tem hoje. “Eu acho equivocada, mas reconheço que é legítima a posição deles, que têm mais força política do que nós, que dentro do governo estamos apoiados basicamente por uma parte da Casa Civil e pelo Ministério da Cultura”, avalia.

### Combinação política

Priolli acredita que a sociedade está desinformada sobre o assunto. Segundo ele, a TV digital, assim como tudo o que diz respeito à regulamentação da Comunicação no país, ou não é divulgado pela mídia, ou é distorcido. “Cobertura séria, equilibrada, não existe. Estamos tentando discutir o que vamos fazer com a TV digital, ou seja, o modelo de uso, de serviços, ou modelo de negócios, como os empresários gostam de chamar.” Segundo ele, para a ABTU está absolutamente claro a existência de uma combinação política que é anunciar o padrão técnico e congelar imediatamente qualquer assunto a partir disso, ou seja, deixar que o mercado espontaneamente trace os caminhos e se regule.

Waldemar Gonçalves, coordenador-geral de Avaliação de Outorgas do Ministério das Comunicações, informou a XII

Plenária sobre a situação atual das pesquisas encomendadas pelo governo aos consórcios de universidades do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD). “Os resultados que irão chegar vão compor uma análise de riscos e ações. Vamos ver qual é a melhor, em função do que nós queremos para o país”, revelou.

Gonçalves relatou que o tempo de discussão para o estudo sobre o SBTVD foi mantido em um ano, como solicitado inicialmente pelos “cabeças” das universidades. “Nos baseamos exatamente no tempo que eles pediram. Se a gente não adotar um modelo e terminar neste governo, corremos o risco de ter uma quebra na continuidade deste projeto. Por isso é que estamos mantendo a data do dia 10 de dezembro”, afirmou, mas acrescentou: “assistir a Copa do Mundo 2006 em TV Digital é impensável. Não haverá tempo para a implantação.” Em 2003, o presidente Lula anunciou que desejava ver a Copa da Alemanha na TV Digital.

Para Gonçalves, não há riscos em se tomar a decisão de um modelo para a TV Digital brasileira já no início de 2006, porque este não é um estudo recente e tem muito dinheiro investido em pesquisa. “A TV digital vem sendo estudada desde 1997. As universidades desenvolveram este trabalho e nós temos que aproveitar, afinal de contas, são investimentos de R\$ 38 milhões que não podem dar em nada. Jogar fora um trabalho destes é totalmente impensável”, avaliou. Ele afirmou que a nova tecnologia deverá apresentar inovações além do ganho de áudio, como, por



Painel sobre tecnologia digital contou com as posições da Fundação CPqD, do Ministério das Comunicações, do FNDC e da ABTU

exemplo, a interatividade. “Se não tiver inovação, não decola o projeto”, garantiu.

### Jogo de poder

Joanilson Barbosa, secretário dos Serviços de Comunicação Eletrônica do Minicom, explicou que o ministro Hélio Costa não tem preferência por um sistema e que segue a pauta de interesses do País, na questão da digitalização da radiodifusão. “A questão é financeira e tem um jogo de poder violento. O ministério não acha possível fazer o que os radiodifusores estão querendo. Temos alguns milhões de reais investidos nos consórcios que estudam SBTVD, mas a digitalização da televisão no Brasil não é barata e eu não consigo ver o governo pagando isso”, afirmou. Joanilson defendeu, ainda, que a discussão da divisão do espectro deve entrar na pauta da população e avaliou que as pesquisas das universidades para o SBTVD estão dando um “show” em qualidade.

O assessor especial da Casa Civil da Presidência da República, André Barbosa, defendeu a participação da população no que chamou de “bits” do novo espectro digital. Ele relatou que, há três anos, tes-

tes realizados pela Anatel já sinalizavam que os padrões de TV digital japonês, americano e europeu não serviam plenamente a um sistema brasileiro. “O assunto demanda discussões mais profundas. Radiodifusão é importante, coloca no ar a nossa língua”, ressaltou Barbosa.

Geraldo Veloso, secretário do Congresso Brasileiro de Cinema (CBC), acredita que seu segmento ainda está muito “cru” em relação às sutilezas tecnológicas. “Estamos muito preocupados com fomento, presença de programação. O cinema, hoje, começa a ser revisado em sua forma de fazer. As tecnologias digitais se apresentam para nós como uma outra forma possível de realização, que estamos apenas começando a conhecer. O cinema quimicamente processado ainda tem uma sobrevida, mas a digitalização está trazendo uma revolução para nós. Será uma nova estética.” Veloso defendeu a descentralização da produção do cinema, que, na avaliação do CBC, deve ser cada vez mais relacionado com as identidades, as etnias, com a ampliação das possibilidades das comunidades olharem para si mesmas e da ampliação desses olhares, da diversidade cultural.

Murilo César Ramos, coordenador do Laboratório de Pesquisas em Políticas de Comunicação da Universidade de Brasília, UnB, falou durante a Plenária que sente-se muito incomodado com o viés da tecnologia, o “fascínio da digitalização” que predomina na discussão das políticas de comunicação. “Como se a digitalização, por si só, fosse resolver todos os problemas. Eu acho que está equivocado esse viés. É importante entender tecnologia, trabalhar com ela, mas o essencial, que eu chamo ‘de volta ao básico’, é discutir o que nós queremos para o rádio e a televisão, discutir o modelo, a radiodifusão pública, a radiodifusão comunitária. Significa discutir as questões essenciais do que é o papel, os atores e o que se quer com a televisão, com o rádio. Voltar ao básico é discutir a comunicação como um direito social, e isso não é uma questão que interessa só a nós, profissionais de comunicação.”

VEJA AS PRINCIPAIS RESOLUÇÕES DA XII PLENÁRIA NA PÁGINA SEGUINTE

# Resoluções da XII Plenária sobre Plano de Lutas do FNDC

A XII Plenária, reunida em Belo Horizonte de 28 a 30 de outubro de 2005, resolve que o FNDC deve:

- ▶ Desencadear uma campanha nacional com o tema “Convergência é independência” a fim de contrapor a sociedade brasileira aos atuais movimentos nocivos da Rede Globo e das teles e garantir, simultaneamente, a produção e difusão de conteúdos nacionais e o desenvolvimento da indústria nacional.

- ▶ Reunir entidades da sociedade civil, empresariado e trabalhadores a fim de produzir um modelo de serviços para a comunicação social eletrônica que sirva à Nação e ao povo brasileiro.

- ▶ Realizar estudo jurídico buscando a formulação de uma ação popular contra as medidas do ministro Hélio Costa que busquem atender somente aos interesses das emissoras e que podem causar a desnacionalização da indústria brasileira.

- ▶ Reivindicar a retirada da PEC nº 55/2004 e a imediata elaboração de uma regulamentação específica que abranja todos os aspectos da confluência tecnológica e os impactos originados por esta em outros setores.

- ▶ Promover uma articulação com países da América do Sul visando a criação de um órgão público transnacional que passe a operar um sistema integrado de comunicações digitais, preservadas a soberania de cada Nação.

- ▶ Considerar uma parceria estratégica do Brasil com a China a fim de desenvolver uma planta local de fabricação de semicondutores, aproveitando os recursos disponíveis no Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) para promover a inclusão digital.

- ▶ Criar uma rede de comunicação, onde estejam integrados os mais diversos grupos de comunicação alternativos e movimentos sociais. Esta rede serviria de referência aos assuntos de comunicação e sua democratização.

- ▶ Fortalecer a mídia alternativa, com a aproximação e integração com exemplos de combate ao controle da informação pelos grupos privados, como por exemplo: a TV Sur, a Televisão da América Latina (TAL), a TV Brasil, a TVE e TV Cultura. Essa integração pode ajudar na superação de problemas técnicos, legislativos, políticos e culturais.

- ▶ Ampliar a fiscalização e cobrança das atuais concessões de TV e rádio já existentes nas mãos de poucas

famílias no País. A rede serviria de base para essa mobilização e poderia propor debates públicos sobre este tema, como, por exemplo, a consulta pública nas renovações das concessões de TV.

- ▶ Desencadear uma campanha nacional pela defesa da implantação de redes comunitárias sem fio nos mais variados tipos de comunidades, permitindo o acesso dos cidadãos a conexões de internet em alta velocidade de forma gratuita ou mediante o pagamento de uma tarifa pública única, nos moldes daquelas cobradas no abastecimento de água e energia elétrica.

- ▶ Participar ou estimular experiências semelhantes de desenvolvimento de redes sem fio de alta velocidade com acesso gratuito como as colocadas em prática nas cidades de Sud Menucci (SP) e Piraiá (RJ).

- ▶ Acompanhar a formação do Plano Nacional de Cultura, assim como intervir nas leis de incentivo à cultura, para garantir que uma porcentagem da verba destinada à divulgação de projetos culturais se destine à veiculação dessa divulgação em rádios e TVs comunitárias.

- ▶ Incentivar e apoiar a criação de Conselhos Municipais de Comunicação.

- ▶ Criar uma rede de comunicação pública e comunitária, onde estejam representados gestores, profissionais ou representantes dos veículos dos mais diversos segmentos da sociedade, como emissoras públicas e comunitárias, organizações não-governamentais, sindicatos e demais entidades dos movimentos sociais. Esta rede deve servir de referência para produção e troca de conteúdo e para debate dos assuntos referentes à comunicação e sua democratização.

- ▶ Apoiar a criação da Rede Nacional de Radiodifusão Comunitária desde que haja um controle público com ampla participação dos movimentos populares e sociais, e desde que essa Rede não se constitua como instrumento de homogeneização da produção ou de restrição à autonomia de cada emissora comunitária.

- ▶ Promover a adesão de organizações da sociedade civil ao FNDC, para contribuir com suas experiências e referências de comunicação.

- ▶ Cada entidade integrante do Comitê Estadual promoverá campanhas de divulgação para ampliar as filiações individuais.

Veja a íntegra das resoluções da XII Plenária no site do FNDC ([www.fndc.org.br](http://www.fndc.org.br))

Informações: [www.fndc.org.br](http://www.fndc.org.br) [secretaria@fndc.org.br](mailto:secretaria@fndc.org.br)

Apesar da existência de uma lei federal específica para a radiodifusão comunitária, a lentidão no andamento dos processos de outorga dessas rádios (radicom) e as limitações desta legislação têm feito com que algumas cidades brasileiras busquem municipalizar esse tipo de serviço, hoje prerrogativa exclusiva da União. Com uma lei local, o município assumiria a responsabilidade pela autorização de funcionamento das radicom. A solução, entretanto, é controversa. Se por um lado agiliza a implantação das rádios comunitárias, por outro, cria mais obstáculos, como o de facilitar a intervenção dos oligopólios e ratificar o papel restritivo atribuído a essas rádios.

Cidades brasileiras como Itabuna (BA), Guapimirim, Duque de Caxias, São Gonçalo (RJ), Campinas, São Bernardo do Campo e Santo André (SP) já criaram leis que municipalizam outorgas de rádios comunitárias. Entretanto, muitas destas decisões foram obstaculizadas pelo Poder Judiciário, a pedido da Associação Brasileira de Emisoras de Rádio e TV (Abert), entidade representante das rádios comerciais, que faz oposição ferrenha – por motivos comerciais e políticos – ao surgimento de novos operadores. No final de junho do ano passado, foi a vez da cidade de São Paulo – que nunca recebeu outorga do governo federal desde que a lei foi criada em 1998.

A Lei 9.612 determina cobertura, potência, finalidades, quem pode habilitar-se, quem está desautorizado, penalidades, o período de validade da outorga (alterado pela Lei 10.597/02), entre outras disposições. Contudo, por ser muito restritiva, ela é considerada deficiente por muitas entidades ligadas à área. Como forma imediata de resolver essa

# Municipalizar é democratizar ou engessar as comunitárias?

deficiência, surge a busca pela municipalização das rádios comunitárias.

“Essa lei foi uma conquista dos movimentos pela democratização da comunicação, das rádios comunitárias. Mas não está completa, foi elaborada de forma muito restritiva, deixando para trás muita coisa e criando um monte de dificuldades, como a cobertura limitada, a baixa potência, a proibição para entrar em cadeia”, avalia Cláudio Hiran Alves Duarte, presidente da Associação Americana de Juristas - Seção RS (AAJ/RS) e assessor jurídico do Conselho Regional de Radiodifusão Comunitária no Rio Grande do Sul (Conrad).

Para Duarte, a radiodifusão comunitária jamais deve ser transformada em pequenos nichos, em gueto. “A comunicação nunca é local”, diz, “numa rádio comunitária, podemos tratar de grandes problemas da humanidade, por exemplo, e isso é de interesse geral, não é? Se a tecnologia já permite que as rádios, em cadeia, cheguem longe, por que restringir? Eu vejo a radiodifusão comunitária como um meio material de democratizar a comunicação”.

## Função do Conselho

O advogado Clementino Lopes, da Coordenação Nacional da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), acredita que a discussão sobre a municipalização das radicom serve para aquecer o movimento, levar o Judiciário a pensar mais na matéria. “Para resolver mesmo, precisa haver uma alteração na Constituição Federal”, acredita o dirigente. Particularmente, Lopes entende que se as rádios comunitárias forem subordinadas ao município, à autorização de prefeituras, correrão mais risco de virarem “moedas de troca, bem ao gosto da política do ‘coronelismo’, que se perpetua

em muitas localidades”.

A Federação das Associações de Radiodifusão Comunitária do Estado do Rio de Janeiro (Farc) vem apoiando a formulação das propostas de leis municipais naquele estado, e tem conseguido implantá-las em diversas cidades. Graça Rocha, diretora-executiva da Farc, avalia que o ideal seria discutir as rádios comunitárias dentro de Conselhos Municipais de Comunicação (CMCs), formados pelo setor de Comunicação do Município, por Associações Cívicas, Movimentos Sociais, e pelo Poder Público (Executivo e Legislativo), de onde sairia a demanda local – quantas e quais rádios o município quer – que seria então encaminhada à Anatel, com solicitação de dial. “Mas faltam CMCs mais consistentes e perseverantes, com a participação da sociedade civil”, diz.

Dagmar Camargo, secretária-geral do Conrad, afirma que não há possibilidade de decidir radiodifusão comunitária no âmbito do município sem que sejam criados Conselhos Municipais de Comunicação fortes, com espaço para discussão pública. “Não resolve pressionar as prefeituras para conseguir alvará de funcionamento, porque uma lei municipal não dá poder de outorga. Então, no outro dia, a Anatel vai lá e fecha a rádio”, explica Dagmar, que já vivenciou o processo de municipalização em Campinas (SP), onde foi aprovada uma lei “após um longo e exaustivo processo de discussões públicas”, e que não garantiu, mesmo assim, o funcionamento das rádios comunitárias locais, fechadas em seguida pela Anatel.

Assim como Lopes, da Abraço, Dagmar também acha que a municipalização da radiodifusão comunitária dá poderes para oficializar o coronelismo que ainda existe em muitas cidades.

Os processos de municipalização das



Cleonice Carvalho / Divulgação

**Rádios produzem programação local** mas, hoje em dia, precisam de outorga do governo federal para funcionar

radicom têm procurado respaldo no parecer do juiz federal Paulo Fernando Silveira, de Minas Gerais. A partir do princípio federativo da Constituição Federal – no qual não pode haver primazia de poder político da União, dos estados ou dos municípios – Silveira entende que as rádios comunitárias, por terem alcance limitado e abrangência restrita, “são, portanto, de interesse exclusivamente local, e por isso estão inseridas na competência municipal”.

Já o advogado Cláudio Hiran, do Conrad, defende a tese de que basta cumprir os princípios fundamentais da Constituição Federal (CF) para promover o funcionamento das radicom e garantir a democracia na comunicação social. “Em termos estritamente jurídicos, a divisão de competências na CF não permite concluir que a competência de legislar sobre radiodifusão comunitária possa ser delegada aos municípios. A legislação sobre comunicação é exclusiva da União. Então, podemos concluir que se deve optar pela democratização dos meios de comunicação, e as rádios comunitárias são os meios para isso”, reflete Cláudio Hiran, para quem o debate sobre lei municipal de radiodifusão comunitária não é necessário, mas prejudicial, porque apenas contorna o problema da implantação das radicom, que não funciona como deveria. “Essa discussão acaba trazendo, como aspecto negativo, a fuga do verdadeiro problema, que é a democracia na produção da informação.

Apesar do texto da Constituição, ainda recebemos as informações através de meios oligopolizados. Onde está o princípio democrático?”, questiona o jurista.

## Padrinhos políticos

Segundo análise do consultor legislativo da Câmara dos Deputados Cristiano Aguiar Lopes, há um problema, ainda longe de ser resolvido no sistema político brasileiro, que é a fraqueza das instituições. “Em todos os poderes, em todas as atividades estatais, critérios personalistas e a instrumentalização dos recursos do

### Processos no Ministério

Um relatório de atividades do Ministério das Comunicações foi publicado em julho com as seguintes informações sobre a situação dos processos de radiodifusão comunitária:

A Portaria n.º 83, de 24/03/2003, criou um grupo de trabalho que analisou os 4.373 requerimentos de Rádios Comunitárias existentes. O resultado foi a expedição de 451 Termos de Operação e Liberação, 289 Licenças, 72 Autorizações de Rádios Comunitárias. Não restaram processos pendentes de análise. Desde a instituição do serviço, em 1998, até junho de 2005, foram autorizadas 2.345 rádios comunitárias. Atualmente, existem 164 processos instruídos, 4.688 arquivados, 954 em exigência, 242 pedidos de reconsideração e outros 5.084 no cadastro de demonstração de interesse. Foram analisados 10.258 (65,33%) dos 15.701 processos que chegaram ao Departamento de Outorga de Serviços do Ministério das Comunicações.

Estado para a promoção de bens individuais são bastante evidentes. Nas outorgas de radiodifusão – e especialmente nas de radiodifusão comunitária – essa instrumentalização também é notável”, considera. Em estudo apresentado recentemente, Aguiar Lopes analisou processos de outorga de radiodifusão comunitária (uma amostra composta por processos dos anos 2003 e 2004) que contaram com o apoio de algum parlamentar. Os resultados mostram que 70,97% das 503 autorizações de rádios comunitárias concedidas naquele período foram para rádios apadrinhadas por políticos. Ou seja, estes processos tiveram 4,41 vezes mais chances de serem aprovados do que aqueles que não tiveram um padrinho. “Isso demonstra o quanto o Estado é permeável a influências pessoais e o quanto isonomia e equidade ainda são dois preceitos pouco dominantes no trato da coisa pública no País”, analisa.

Até hoje, afirma Aguiar Lopes, as outorgas de radiodifusão têm sido monopolizadas no nível federal. “A grande pergunta é: em nível municipal, o fenômeno do clientelismo também ocorrerá? E mais: vale a pena municipalizar as outorgas de radiodifusão se corremos o risco de apenas alterar o nível da federação em que ocorrem as práticas coronelistas nessas outorgas? É quase senso comum que a fraqueza do Estado, enorme no nível federal, é ainda mais notável em nível estadual, e, no nível municipal, atinge seu ápice. Portanto, acredito que a municipalização das outorgas é temerária”, avalia.

Para Aguiar Lopes, o enfoque primordial da discussão não deve ser jurídico ou administrativo, mas sim político, no qual a municipalização das outorgas é uma estratégia equivocada. “Havendo critérios justos e controle social, não importa qual nível federativo terá a prerrogativa de conceder outorgas de radiodifusão. Mas com os critérios atualmente existentes e enquanto estiver vigente a horrorosa e iníqua lei 9.612/98, os desmandos e o clientelismo nas outorgas continuarão intactos.”

No final de janeiro, o movimento das radicom protocolou no Palácio do Planalto o relatório do GTI instituído pelo governo para encontrar saídas para a situação das rádios comunitárias concluído desde agosto. O movimento aguarda a publicidade do documento para dar início ao debate público.

# Como estender o debate da democratização aos municípios?

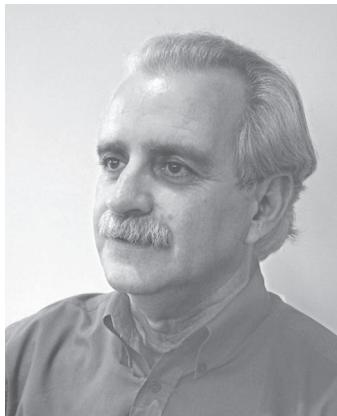
Em maio de 1989, na cidade de Porto Alegre, foi criado o primeiro Conselho Municipal de Comunicação (CMC) do país, através de um decreto municipal. O município estava sob uma administração petista chefiada por Olívio Dutra e Daniel Herz dirigia a Coordenação de Comunicação Social da Prefeitura. Assumidamente inspirado na legislação que criou o Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão auxiliar do Congresso Nacional e anterior à sua instalação, o CMC porto-alegrense propunha-se a exercer um papel de vigilância cívica em relação ao cumprimento das disposições constitucionais sobre a comunicação no âmbito do município. Igualmente, pretendia debater o impacto cultural, político e econômico das novas tecnologias e analisar a qualidade da programação dos meios de comunicação de massa (mcms).

Transcorridos 16 anos desde a iniciativa pioneira de Porto Alegre, a participação da sociedade civil nos debates atinentes à comunicação e às novas tecnologias que lhe afetam está restrita ao CCS. Ao âmbito federal, portanto. O CMC de Porto Alegre inspirou iniciativas semelhantes e esparsas nos âmbitos municipal e estadual. Não se tem notícia sobre os sucessos desses outros conselhos. A experiência porto-alegrense foi, inicialmente, fértil. Ignorado pelos setores empresariais reuniu, entre outros, representantes de entidades das áreas da comunicação, de organizações sindicais, de universidades, da Igreja Católica, dos Círculos de Pais e Mestres, da Associação de Jornais de Bairro (que nasceu estimulada pelo CMC).

Sob a coordenação do CMC, promoveu-se o 1º Encontro Estadual de Radiodifusão Comunitária, implantou-se o Canal Comunitário de Porto Alegre (o primeiro do país), realizaram-se seminários para a qualificação dos seus integrantes. A continuidade do governo petista em administrações sucessivas deu amparo institucional e operacional ao CMC que, todavia, apresentou um funcionamento irregular. Suas últimas atividades, em 2002, voltaram-se, especialmente, à sua consolidação legal e à comunicação comunitária, especialmente a radiodifusão. Com o fim da hegemonia petista na administração municipal, o CMC sumiu de vez. Esse fato remete-

**“Transcorridos 16 anos desde a iniciativa pioneira de Porto Alegre, a participação da sociedade civil nos debates atinentes à comunicação e às novas tecnologias que lhe afetam está restrita ao CCS.”**

Ester Scotti / FNDC



nos à reiterada fragilidade da sociedade civil brasileira, que assume dimensões

exponenciais quando se trata da área da comunicação.

Entretanto, pode-se extrair da experiência porto-alegrense alguns ensinamentos úteis, sintetizados em três dificuldades básicas registradas para a consolidação do CMC. A primeira delas já foi indiretamente referida: a sociedade não se apropriou do debate sobre a comunicação e suas tecnologias. A constatação não é inédita, mas adquire um significado novo quando o debate é possibilitado por um Conselho criado com tal finalidade. A segunda dificuldade decorre da primeira: a ausência de propostas para o âmbito municipal. Essa incapacidade para formulá-las está mascarada, com frequência, por uma inclinação censória aos mcms e/ou por uma exaltação dos “poderes” comunitários, que nunca se impõem. Aqui temos a terceira dificuldade: a sociedade que se rebela frente aos mcms costuma antepor-lhes ações ingênuas, segundo as quais bastaria substituir o conteúdo das mensagens, ignorando a complexa e especializada elaboração das mesmas, suas interfaces com as novas tecnologias e o sistema regulatório das mesmas.

A essas três dificuldades básicas, pode-se agregar outra: o Estado (no caso, a fração “município”), apesar de eventuais boas intenções, tende a ver a comunicação como operadora da divulgação dos seus atos ou como atribuição da iniciativa privada. Até agora, revelou-se inapto para a formulação de políticas públicas de comunicação ou desinteressado por esse assunto, que implica em medir forças com a mídia. Nesse cenário, os debates sobre a democratização da comunicação permanecerão distantes dos municípios. Ao que tudo indica essa situação somente será revertida mediante a elaboração de uma estratégia específica, por parte do FNDC, cuja elaboração é urgente.

Pedro Luiz S. Osório é professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Foi o coordenador-geral da Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Porto Alegre no período de 1993 a 1996.

# Software Livre: inteligência digital a serviço da solidariedade

Considerado um dos eixos fundamentais nas iniciativas em busca da inclusão digital no Brasil, o Movimento de Software Livre (MSL) apresenta-se hoje como um princípio de compartilhamento do conhecimento e independência conquistada pelos usuários e desenvolvedores de programas de computador. Baseado na solidariedade, o Software Livre (SL) proporciona liberdade para executar, copiar, distribuir e adaptar os softwares produzidos dentro desta filosofia, conforme a necessidade e realidade de cada indivíduo ou organização. O código-fonte (comando legível que determina o funcionamento dos aplicativos no computador) aberto, no SL, representa um enorme avanço na democratização, pois permite o acesso do usuário ao cerne dos programas. De acordo com Sérgio Amadeu, ex-diretor-presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), em seu artigo intitulado *Inclusão Digital, Software Livre e Globalização Contra-hegemônica*, tal mecanismo serve para “tentar romper com a hegemonia das tecnologias utilizadas, muitas vezes, como forma de alargamento das desigualdades no planeta”.

O Movimento Software Livre surgiu em 1985 com a criação da *Free Software Foundation* (FSF). A iniciativa partiu de Richard Stallman, do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), quando se viu impossibilitado de acessar o código-fonte de um programa. Como forma de evitar que alguém se apropriasse de um desenvolvimento socializado, a FSF desenvolveu a Licença Pública Geral – GPL, em inglês –, que atua no sentido de evitar abusos em relação aos direitos autorais.

No Brasil, “tudo começou em 1999, quando o governo do Rio Grande do Sul abriu-se para uma nova política tecnológica local surgida com o MSL, que culminou na criação do Fórum Internacional de Software Livre, realizado em Porto Alegre”, resume a empresária Fabiana Iglesias, que trabalha na divulgação e difusão das idéias em torno do SL. Na primeira edição, naquele ano, participaram 14 paí-



Fabiana Iglesias / Infomedia

Fórum Internacional de Software Livre de 2005 reuniu participantes de 120 países e mais de mil empresas

ses e cerca de 400 pessoas. Desde então, a Associação Brasileira de Software Livre (ABSL) vem sendo respaldada com incentivos do governo federal, e já conseguiu alavancar o evento, que tem sido anual, e proporciona a troca de experiências entre os países que trabalham com SL. Hoje, mais de 120 países e 1,3 mil empresas comparecem ao encontro”, conta Fabiana. O evento traz palestras, grupos de usuários que criam *softwares*, grupos de trabalho e espetáculos. A transmissão via web permite a interação com mais de 10 mil pessoas ao redor do globo.

Em um contexto de exclusão, no qual apenas 10,6% dos domicílios brasileiros possuem computador, a tarefa de popularizar o acesso à internet e a formas alternativas de desenvolver *software* não é nada fácil. A maioria da população brasileira ainda desconhece os mecanismos do software livre e a facilidade que sua utilização proporciona no dia a dia. Segundo Fabiana, “ainda faltam investimentos por parte do governo em propagandear o uso de Software Livre”.

## Bem da humanidade

O sociólogo Boaventura de Souza Santos já afirmou que “através da imaginação, os cidadãos desenvolvem novos grafismos da vida coletiva”. Da mesma forma, o MSL se apresenta como “a maior expressão da imaginação dissidente de uma sociedade que busca mais do que a sua mercantilização”, argumenta

Amadeu em seu artigo.

Para Fabiana Iglesias, o SL “é um bem da humanidade, e portanto, não deve ser tratado como propriedade privada”. Além da liberdade do acesso ao código-fonte, o Software Livre proporciona economia porque seu uso não exige o pagamento por direitos de uso. O contrário acontece com os *softwares* proprietários (como são chamados os programas que possuem o código-fonte fechado), que cobram pela utilização e difusão de seus programas através da proteção de patentes e direitos autorais. “As grandes empresas tentam consolidar seu modelo de negócio vigente até o máximo possível”, explica César Brod, membro da Solis – Cooperativa de Soluções Livres, ao tentar justificar o porquê da dificuldade de expansão do SL.

Otimista, Brod crê na iminência de uma nova lógica de mercado na qual a qualidade de serviços e o livre acesso ao conhecimento sejam preponderantes. “As empresas de software proprietário terão que se acomodar a isso ou daqui 5 ou 10 anos estarão fora do mercado”, prevê. A exigência da sociedade é um dos grandes fatores de pressão para que a mudança no padrão mercadológico se efetive. Os incentivos governamentais, segundo Brod, podem vir no sentido de “exigir que todo o sistema adquirido com dinheiro público esteja ao alcance daqueles que pagaram por ele, ou seja, a população”, argumenta.

# Guerra e desregulamentação da mídia mobilizam militância nos Estados Unidos

Divulgação / Free Press

**S**e no âmbito internacional os Estados Unidos vêm se caracterizando nos últimos 30 anos por ignorar a pluralidade de interesses na relação política e econômica entre países, na cena doméstica a idéia de democracia é vendida com mediação de valor. Valor de moeda forte: a diversidade respeitada. Onde a opinião pública exercita seus direitos e reafirma sua crença na economia de mercado, regulado por regras negociadas, na qual o cidadão americano se sente livre para defender suas posições. Em relação à democratização da comunicação, os avanços e retrocessos são embates disputados palmo a palmo: a sociedade organizada enfrenta a grande mídia, que por força de uma regulação antitruste histórica, se mantém mais plural, local e regionalmente, do que as empresas brasileiras. Ou, ao menos, ainda não detém o monopólio da opinião pública. Em maio, mais de duas mil pessoas se reuniram em Saint Louis, no Missouri, para discutir, unificar e dar visibilidade às lutas pela democracia na comunicação.

Em maio de 2005, mais de duas mil pessoas se reuniram em Saint Louis para discutir, unificar e dar visibilidade às lutas pela democratização da comunicação nos Estados Unidos.

O FNDC participou como entidade observadora.

Promovida pela organização norte-americana Free Press, além do Brasil, mais seis países foram convidados a testemunhar as semelhanças e diferenças na contestada relação da mídia com a socie-



Graciela e João (3ª e 2ª da dir. para esq.) relataram o panorama brasileiro da democratização da comunicação

dade daquele país. Os relatos mostraram duas preocupações comuns no quadro geral das diversas abordagens nos 37 painéis da conferência, que durou três dias: a crescente desregulamentação neoliberal, iniciada ainda no governo Reagan, e a submissão da imprensa americana à ação governamental da política de guerra da era Bush. O resultado é o esvaziamento da Comissão Federal de Comunicações (FCC), a agência reguladora dos EUA. Diante desse quadro, o que se viu foi uma reação para dar mais visibilidade às ações da militância e um emocionante *revival* do clima dos anos 60, com a guerra e suas conexões com a mídia sendo o pano de fundo de boa parte das intervenções chamando à mobilização.

O coordenador-geral do FNDC, Celso Schröder, explica a riqueza do encontro no qual os norte-americanos mostraram sua maneira peculiar de luta pontual pelos direitos civis através de várias pequenas associações incidindo sobre temas específicos, com produção de estudos estatísticos, filmes, livros, folhetos. Tudo com o objetivo de influenciar as comunidades e congressistas. Ele cita um exemplo para ilustrar este aspecto. Antes da abertura oficial do evento foi exibido o

documentário *Captive Audience: Media Invades the Classroom* sobre a influência da mídia nas escolas públicas. O vídeo relata o episódio do corte de 30% das verbas para educação pública no governo Ford, e o surgimento das “máquinas” expositivas de produtos como Coca-Cola e MM, dispostas estrategicamente nos saguões das escolas. O grande sucesso da hora do recreio. Como resultado, o presidente enviou uma carta de agradecimento à Coca-Cola por sua “contribuição”. A reação de um grupo de mães do estado do Kentucky evidenciou, num estudo sobre obesidade, a suscetibilidade de crianças e adolescentes e aprovou uma lei para controlar a exposição e publicidade desse tipo de equipamento.

Schröder lamenta, porém, a recente flexibilização da regra de propriedade cruzada, aprovada em junho de 2003, que derrubou as limitações ao surgimento de monopólios na mídia dos Estados Unidos. Até então, não era permitido um cidadão controlar TV e jornal em uma mesma região do país ou mesmo atingir audiência superior a 30 pontos percentuais. A aprovação da lei teve o protesto de mais de 500 e-mails enviados ao Congresso, mas nessa queda-de-

braço levaram a melhor conglomerados como a News Corporation, do magnata Rupert Murdoch, dono do jornal *New York Post* e da rede de televisão Fox. “O que se viu no encontro foi uma reação a esse processo”, avalia Schröder. Processo já identificado como retrocesso. “Se o nosso exemplo é distante para demonstrar o quanto é negativo o monopólio, os norte-americanos podiam ficar com um exemplo caseiro, positivo”, considera o coordenador do FNDC. A indústria cinematográfica teve seu monopólio desfeito no seu início, na década de 30, quando quem produzia, distribuía e exibia filmes foi obrigado, pela FCC, a dividir o bolo.

Os principais painéis foram apresentados por Robert McChesney, fundador e presidente da Free Press, Janine Jackson, da *Fairness and Accuracy In Reporting* (Fair), Mark Cooper, da *Consumer Federation of America*, a festejada e popular Malkia Cyril, do *Youth Media Council*, seguida pela veterana lutadora dos direitos civis americanos Amy Goodman, apresentadora do programa de TV *Democracy Now!*, que sintetizou o clima de protesto presente em toda conferência. No painel *Media Ownership and Consolidation*, uma das apresentadoras foi Linda Foley, do *Newspaper Guild* e do *Communications Workers of America*, já conhecida do Fó-



Eilson Sempé / FNDC

Schröder conheceu as ações do movimento nos EUA rumo por sua participação nos congressos dos jornalistas brasileiros, que reforçou a idéia da mesa de que o processo de desregulamentação nos Estados Unidos está consolidando um sistema concentrado de propriedade dos meios de comunicação, prejudicando de forma substantiva a democracia, os direitos dos consumidores e, particularmente, dos trabalhadores da área das comunicações.

Paralelamente a esse painel aconte-

cia outro, também de muito interesse dos brasileiros, tendo como palestrante Norman Solomon, do *Institute for Public Accuracy*, que já havia participado junto com o FNDC de um debate sobre comunicação no Fórum Social Brasileiro, realizado em Belo Horizonte. Essa mesa tratou de *News, Information and Corporate Media* e relatou a situação de apropriação do espaço público da informação pelos interesses corporativos das grandes empresas. O debate *Telecom Act: Gearing Up for "The Big One"*, mediado por Russ Newman, da Free Press, foi importante sobretudo para quem acompanha o debate da convergência tecnológica no Brasil. A discussão em torno deste tema contou a participação de John Arnold, da Wayne State University, que relatou a articulação social em torno de uma base parlamentar para garantir uma caráter democrático na futura revisão da lei que regula as telecomunicações dos EUA. Houve ainda o relato de atuais e ex-comissários da agência reguladora americana recuperação da sua história, seu caráter positivo e seus limites e desafios atuais.

Além de Schröder, representaram o Brasil na conferência João Brant, do Intervozes, Graciela Selaimen, da Rits, e Érico da Silveira, do LaPCom da Universidade de Brasília (UnB).

## O que é a Free Press?

Comparada à luta do FNDC, que completa 15 anos, a Free Press ainda engatinha. Ela foi criada em dezembro de 2002 pelo professor e escritor Robert McChesney, pelo jornalista John Nichols e pelo advogado Josh Silver, como uma organização não-governamental e não-partidária que pretende incidir direta e permanentemente no que o movimento social dos Estados Unidos chama de *Media Reform*, e que por aqui entendemos como democratização da comunicação.

De uma maneira mais prática, a equipe da ONG trabalha com membros do Congresso dos EUA, propondo regulamentações nas mais diferentes questões da área das comunicações. Outra forma de atuação da Free Press é na elaboração de políticas públicas de comunicação apresentadas a órgãos de regulação como a FCC e governos estaduais e municipais.

A Free Press trabalha para que o cidadão americano se aproprie dos assuntos de políticas de comunicação, fazendo com que grupos que são afetados pela mídia, mas não se interessam pela mudança deste panorama, se insiram no debate nacional pela *Media Reform*. Internacionalmente, seus integrantes ainda buscam formas de garantir a democratização e o interesse público nas políticas globais para a mídia, gestadas pelo governo norte-americano a partir de Washington.

Algumas das frentes de ativismo da Free Press incluem a aprovação de uma política pública e a instalação de redes comunitárias sem-fio, que garantem internet em alta velocidade para comunidades e instituições públicas, a defesa das rádios comunitárias dos EUA (chamadas de *low-power FMs*) e a defesa da manutenção de limites que evitem a concentração da mídia em nível local.

Baseada em Northampton, Massachusetts, e como uma forte atuação em

Washington, a Free Press não perde de foco sua filosofia: trabalhar por políticas que trarão à nossa mídia comercial propriedade local e diversificada, e mais competição aos mercados. A Free Press acredita que a propriedade local e o controle minoritário precisam ser fortemente encorajados. “Nós acreditamos que uma das promessas centrais da Primeira Emenda – o direito de iniciar seu próprio veículo de comunicação – está protegida e nutrida se for exercida em uma sociedade livre. A mídia não é território exclusivo de bilionários e milionários”. A Free Press acredita que a propaganda e a mercantilização devem ser cuidadosamente reguladas. A Free Press acredita que sindicatos empresariais democráticos são uma proteção importante e necessária para o público, contra o poder concentrado da mídia comercial.

É o que prega a ONG. É o que eles vêm colocando em prática.

# Clivagens públicas e privadas na Sociedade da Informação no Brasil

Arquivo pessoal



Em meio a um cenário de incertezas políticas e econômicas, o Brasil deu início a sua inserção no universo da “sociedade do conhecimento”, da informação, das tecnologias da informação e comunicação (TIC), de modo a se adaptar aos processos globalizatórios, atendendo à uniformização de políticas tecnológicas internacionais com vistas a criar um ambiente estável para investimento interno e externo.

Uma retrospectiva nos (des)caminhos seguidos pelo País mostra que, historicamente, as políticas públicas para as telecomunicações são propostas em decorrência de interesses privados e têm como característica a ausência de debates com a sociedade e de um projeto estratégico a longo prazo.

Em 2000, o Governo Federal, por meio do Ministério da Ciência e Tecnologia, lança o Programa Sociedade da Informação (SocInfo), batizado de *Livro Verde*. Trata-se de um documento, organizado pelo então coordenador do Programa SocInfo, Tadao Takahashi, com a participação de mais de 300 pesquisadores e estudiosos da área. Sem desqualificar o trabalho dos especialistas, defendo que a sociedade deva participar dos debates que decidem seu futuro: afinal de contas a chegada das novas tecnologias – em especial, a internet – tem provocado mudanças nas relações de trabalho, lazer, formas de consumo, linguagem e comunicação.

A iniciativa brasileira chega com um atraso de cinco anos em relação à da Europa e dos EUA, numa tentativa de consolidar, formalizar e, quem sabe, legitimar uma política de desenvolvimento e fomento à organização do Estado, da iniciativa privada e do Terceiro Setor na área das tecnologias da informação e comunicação. Agora, passados cinco anos da assinatura do documento (*Livro Verde*), o governo ainda não tem clareza de onde quer chegar por se ver às voltas ora com questões políticas ora com questões econômicas.

O programa partiu do desenho de uma realidade tecnológica brasileira para a definição de eixos que abordassem a relação tecnologia x educação x convergência tecnológica. Entretanto, suas propostas praticamente não foram postas em prática no governo de Fernando Henrique Cardoso, que criou o grupo de elaboração e publicou o documento.

A administração de Lula optou por modificar a receita: reduziram-se as opções estratégicas do *Livro Verde* para áreas de atuação do governo na Internet (e-Gov) e levantou-se a bandeira do software livre. Reside aqui o diferencial que merece destaque – até para evitar que essa opção possa ser abandonada.

A adoção do software livre (programas de código-fonte aberto) tem impac-

to direto nas finanças do Governo: por um lado, com a redução de custos e de quebra, pode aumentar os investimentos no desenvolvimento da indústria tecnológica nacional. Outra vantagem que vale a pena citar é a segurança possibilitada pelos códigos-fonte abertos.

No entanto, a possibilidade de adquirir autonomia tecnológica e compartilhar conhecimento são os aspectos que mais nos interessam. O primeiro resulta da necessidade de desenvolver soluções, de forma criativa e coletiva, para os mais diferentes problemas de ordem tecnológica. Assim, o país deixa o cómodo posto de mero consumidor de tecnologias prontas e pasteurizadas para se tornar produtor de novas possibilidades. O segundo resulta do primeiro, pois as inovações conquistadas são compartilhadas, permitindo que as melhorias sejam adotadas por todos, o que resulta na disseminação do conhecimento e na democratização da informação.

Certamente a migração dos atuais *softwares* utilizados em toda a estrutura do governo federal para os *softwares* livres vai exigir muito esforço, visto que mexe com interesses comerciais. Enquanto isso, o governo Lula lança mão de estratégias para garantir o crescimento de usuários e dos *softwares* livres – como exemplo, o projeto *Cidadão Conectado – Computador para Todos* – que objetiva viabilizar computadores para o consumidor final ao custo de R\$ 1,4 mil, financiado em 24 meses.

Essa proposta é bem mais amena do que a apresentada ao presidente Lula em agosto de 2005 pelos professores Nicholas Negroponte e Seymour Papert, do Laboratório de Mídia do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (Media Lab): viabilizar *laptops* ao custo de US\$ 100 e distribuí-los aos alunos do ensino fundamental como forma de combater a exclusão digital.

Não deu tempo nem de sonhar. O ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, descartou a possibilidade em even-

to na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Quais interesses estão em jogo? Falta vontade política e um projeto estratégico para a “inclusão” do Brasil na Sociedade da Informação. Que fique claro, é preciso começar a inclusão pelo debate público, democratizando as opções para democratizarmos as escolhas (públicas e privadas).

“É preciso começar a inclusão pelo debate público, democratizando as opções para democratizarmos as escolhas (públicas e privadas)”

Juliano Mauricio de Carvalho é professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e representante do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo no Conselho Deliberativo do FNDC.

# Alfabetização para as mídias: como ler o que não está escrito

Assistir à TV, ouvir programas de rádio, ler jornal, revista, se emocionar com a trama de uma novela são ações comuns que preenchem a rotina da maioria dos cidadãos no mundo todo. A mídia está em tudo isso e mais: outdoors, letreiros luminosos, mensagens em celulares, pagers, internet, e muitos outros meios. Através das mensagens midiáticas, o imaginário popular formula pensamentos, adapta seus modos de vida e até defi-

ne relações pessoais e interações sociais. Essa influência poderosa merece estudo. A educação para mídia é um campo vasto de ensino e aprendizado que tenta desconstruir as mensagens veiculadas pelos meios de comunicação para entender como se opera a formação de opinião, gostos e valores.

Em síntese, a chamada *media literacy* (expressão inglesa que não tem uma tradução no português) pode ser subdividida em três campos:

► **Alfabetismo visual** – habilidade para interpretar o simbolismo das imagens visuais estáticas ou em movimento e entender seus impactos na audiência.

► **Alfabetismo midiático** – habilidade para entender como os meios de comunicação de massa, como TV, cinema, rádio e jornais trabalham na produção de significações e como estão organizados.

► **Leitura Crítica da Mídia** – habilidade para entender como apresentadores, escritores e produtores de textos e conteúdos audiovisuais integram contextos particulares e são influenciados por aspectos pessoais, sociais e culturais.

Maria Aparecida Baccega, professora da Universidade de São Paulo (USP), atua na área há 20 anos. Ela considera que uma mudança social inclusiva só pode ser efetivamente alcançada se houver senso crítico para isso, e “a educação desempenha aí papel fundamental”. Criadora



Alunos das escolas de Nova Iorque possuem cursos de alfabetização para as mídias

gados à educação para a comunicação inexistem em grande parte das universidades, e mesmo de comunidades ou organizações. O investimento por parte das instituições acadêmicas ainda é pequeno. Segundo Baccega, falta fomento à interação de agentes educacionais na discussão da mídia e oportunidades de trabalhar nessa área. “Sinto que não temos maturidade suficiente para propormos coisas novas, justamente

por não haver incentivo”, justifica. Fora do Brasil, a educação para a comunicação é abordada com mais valorização e apoio por parte das universidades e governos. Países como o Canadá – que já inclui no currículo do ensino médio conteúdos de *media literacy* –, Austrália, Tailândia, Grã-Bretanha, Israel, Finlândia, México, Espanha, Índia e Filipinas também possuem projetos de educação para uma leitura crítica das mensagens. Nos Estados Unidos, o Center for Media Literacy (CML), localizado na Califórnia, é um precursor nesse campo de estudo. Instituído em 1989, o CML é uma organização educacional sem fins lucrativos e com o objetivo de promover liderança, educação pública, desenvolvimento profissional e recursos educacionais. Segundo a presidente do CML, Tessa Jolls, a organização ajuda os cidadãos, especialmente os mais jovens, a desenvolver o pensamento crítico e a produzir habilidades de leitura necessárias para a vivência na cultura midiática do Século XXI.

## Falta de apoio

A presidente da União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC), Desiree Cipriano Rabelo, diz que a entidade tenta criar capacitadores para desenvolver um pensamento transformador na busca por outras formas de comunicação. “Vivemos uma fase de redefinição dos programas em torno dessa causa devido aos ‘altos e baixos’ no interesse da população, que precisa criar suas próprias formas de comunicação”, resume. As entidades associadas da UCBC promovem cursos de leitura crítica da mídia no Brasil há 30 anos.

O incentivo a projetos políticos li-

Saiba mais sobre o tema acessando:

[www.ucbc.org.br/comunidade.asp](http://www.ucbc.org.br/comunidade.asp)

[www.usp.br/educomradio](http://www.usp.br/educomradio)

[www.educomtv.see.inf.br](http://www.educomtv.see.inf.br)

[www.medialit.org](http://www.medialit.org)

[www.media-awareness.ca](http://www.media-awareness.ca)

[www.mediaed.org](http://www.mediaed.org)

[www.medialiteracy.com](http://www.medialiteracy.com)

[www.amlainfo.org](http://www.amlainfo.org)

# Redes Comunitárias Sem-Fio: inclusão em alta velocidade

Rits / Divulgação

Quem quiser vislumbrar a paisagem exuberante da Floresta Amazônica, através das águas azuis do Rio Tapajós, e conhecer como vivem as pessoas naquela região, pode embarcar na cidade de Santarém, no Pará. Antes de partir, vai tomar as vacinas indicadas pelo serviço de saúde local, munir-se de protetor solar, repelente, chapéu, lanterna, câmera fotográfica,... e pode levar também o *laptop* para se comunicar com o resto do mundo – pela *web*. Apesar da comunicação terrestre precária, após oito ou dez horas de barco, você vai encontrar comunidades ribeirinhas – em torno de 400 famílias – utilizando conexão à internet banda larga, veloz, e com tecnologia de ponta. Estranho? Nem tanto. A mesma tecnologia móvel transita nos espaços urbanos pode chegar também na floresta. Sem cabo, sem fio. Só com esperança de inclusão social.

Há poucos meses, essas comunidades amazônicas não dispunham nem de telefonia, muito menos internet. A chegada da rede mundial de computadores à floresta representa a inclusão desses povos ao mundo digital, facilitando o acesso aos serviços de saúde, educação e comunicação em geral. A implantação da rede na floresta foi possível através da tecnologia sem-fio (conhecida pela sigla *Wi-Fi*), levada e instalada naquela região pela Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits), uma organização não-governamental que desenvolve projetos de inclusão. A Rits vem experimentando o uso da tecnologia sem-fio em várias frentes, até mesmo internamente, em seus escritórios no Rio de Janeiro.

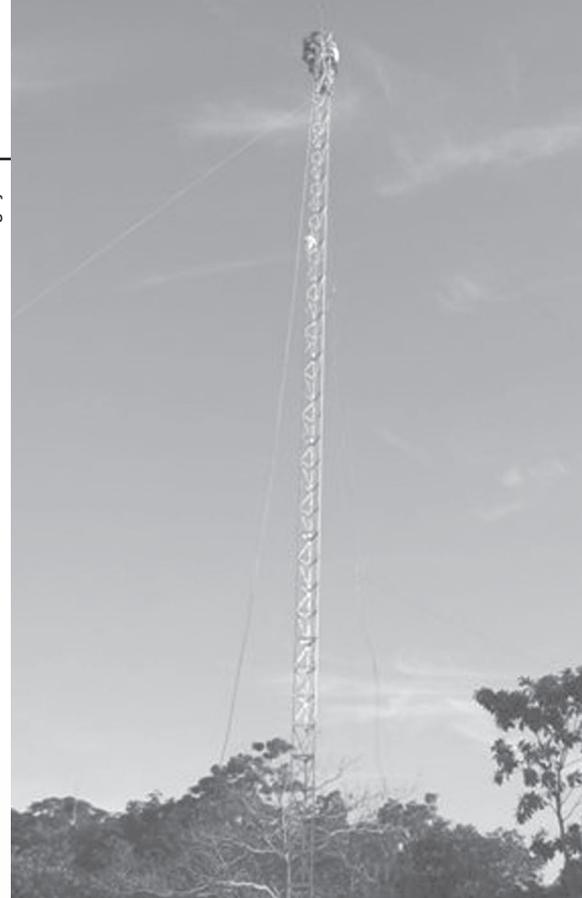
Do ponto de vista tecnológico, é possível a construção de redes digitais sem-fio conectando comunidades ou até cidades inteiras. Essas redes permitem o acesso à internet através de ondas de

rádio. São redes que podem promover a “inoinclusão”, servindo à educação, segurança, emergências, atendimento social, turismo, bibliotecas e demais serviços que possa prestar um organismo ou mesmo um município à sua população. Redes Comunitárias Sem-fio existem principalmente nos Estados Unidos, algumas na Europa e até no Brasil. Em muitas dessas cidades existe um entendimento que este serviço é tão público quanto o abastecimento de água ou o fornecimento de energia elétrica, o que incomoda as operadoras privadas de serviços de telecomunicações.

Do ponto de vista político, a decisão por essas tecnologias ainda não ocorre em alta velocidade. O desconhecimento dos governantes sobre as possibilidades de uso do sistema é somado ao desinteresse das operadoras em investir no desenvolvimento de transmissão de dados sem-fio. Em geral, as operadoras que prestam serviços de telefonia e internet em banda larga temem concorrência com iniciativas subsidiadas pelo Estado.

## Como funcionam

A tecnologia sem-fio opera em radiofrequência e oferece várias vantagens sobre sistemas cabeados para construção de novas redes banda larga. Segundo a organização não-governamental americana Free Press, que trabalha com políticas públicas de comunicação, a melhor alternativa de rede sem-fio é uma malha dinâmica, com códigos e padrões abertos, que oferece maior adaptabilidade, alta capacidade, baixo custo e grandes benefícios à comunidade. Os sistemas em malha oferecem múltiplos pontos de conexão e nenhuma torre central, e se caracterizam pela distância curta entre os nós, permitindo que cada antena transmita em baixa potência para maior número de usuários e com menos interferência.



Amazônia: Rits leva alta tecnologia à floresta

## Quanto custam

Implantar um sistema sem-fio pode ser simples e barato. Tudo depende da localização geográfica e aplicação da estrutura. Uma estimativa de custos (considerando o uso de equipamentos de baixo custo, próprios para áreas sem grandes interferências) feita pela Free Press, concluiu o seguinte:

- Para montar uma rede (incluído fornecimento de energia elétrica), atendendo a três mil domicílios, o custo é de US\$ 66 por domicílio;
- Para a manutenção dessa rede, no primeiro ano, US\$ 19 por domicílio; no quinto ano, US\$ 28,50; no décimo ano US\$ 24 por domicílio;

Ou seja, o custo total para implantação e manutenção da rede, no primeiro ano, é de US\$ 7/mês por domicílio.

## Tecnologia no Brasil

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) tem regulamentadas diversas faixas de frequência para uso da banda larga sem-fio. “Podemos dizer que estamos ‘*up-to-date*’ em termos de *Wi-Fi* no Brasil”, afirma o gerente-geral de Certificação e Engenharia do Espectro da Anatel, Francisco Carlos Giacomini Soares. Ele prefere utilizar a terminologia “Núcleos Digitais” para se referir à tendência das redes que vêm sendo formadas com a utilização dessas tecnologias. “São projetos regionais, nucleares, em

que qualquer faixa de frequência pode ser utilizada para acesso sem-fio em banda larga, e cuja escolha vai depender das possibilidades de aplicação e das particularidades locais”, argumenta.

Giacomini explica que o maior problema técnico na instalação de uma rede *Wi-Fi* é nas bandas não licenciadas (de menor custo, opção de muitos usuários) porque elas são desprotegidas quanto à interferência provocada pela instalação de outro sistema nas proximidades. Mesmo assim, o uso dessas frequências é garantido pelo artigo 163, § 2º, da Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472), que estabelece que os equipamentos de radiação restrita homologados pela Anatel não dependem de outorga.

### Na floresta

Para instalar os equipamentos – antenas, rádios, computadores – em plena Floresta Amazônica, os técnicos da Rits enfrentaram uma série de obstáculos. Para Rodrigo Afonso, gerente de Tecnologia de Informação da Rits, “a maior dificuldade, certamente, é a localização geográfica. Tivemos que construir torres de 30, 40 metros para ultrapassar as barreiras, porque a radiofrequência é absorvida em grande parte pela água e pela floresta. Estamos utilizando a energia solar para alimentar os equipamentos e *Wi-Fi* para estabelecer a conectividade. Instalamos equipamentos de alta capacidade para a conexão, numa frequência de 2,4 GHz, em distâncias de 20 quilômetros entre cada comunidade.”

Além disso, dois aparelhos telefônicos com tecnologia VoIP (tecnologia que possibilita fazer ligações telefônicas através da internet) foram adquiridos para a população, que encontra no projeto o acesso à educação e à saúde como principais benefícios. Entusiasta da tecnologia *wireless*, Afonso acredita que as “Cidades Digitais” são uma tendência como serviço público em todas as grandes cidades.

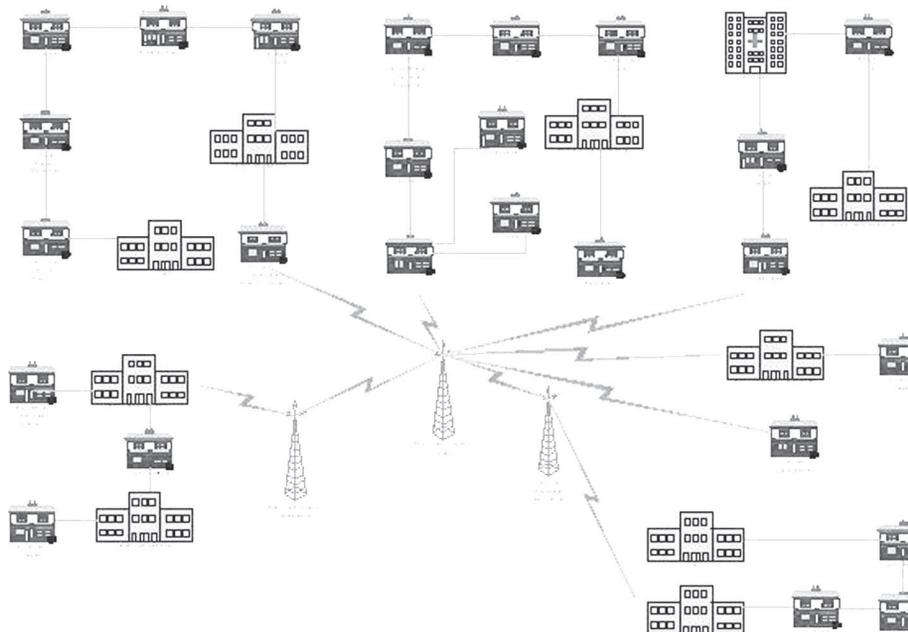
### Cidades incluídas

Alguns modelos brasileiros de “Cidades Digitais” já estão implantados. O projeto *Pirai Digital*, da cidade de Pirai (RJ), reúne em uma grande rede digital todos os segmentos sociais. No município de 23,6 mil habitantes, o programa foi desenvolvido para integrar quatro frentes: governo, educação, comunidades e empresas. A partir desta visão, foi construído o quadro lógico do sistema, que proporciona fácil acesso à informação e integração da população aos serviços oferecidos. Inicialmente, foi feita a opção exclusiva pelo sistema *Wi-Fi*. Numa segunda fase, por razões econômicas, foi feita uma combinação com o sistema a cabo, entre prédios (ver esquema nesta página), identificado pelos técnicos locais como melhor tipo de conexão. A rede combinada já atinge todo o município, cobrindo 39 edifícios públicos, 20 escolas, quatro bibliotecas, uma Casa da Criança, uma Apae, uma creche, quatro telecentros e nove quiosques. No total, 398 computadores estão à disposição da comunidade.

Em Sud Menucci, cidade de 7,5 mil habitantes localizada no noroeste do Estado de São Paulo, até 2002 os habitantes precisavam discar um número interurbano para conseguir conexão. Hoje, toda a população do município está conectada à rede, implantada pela Prefeitura, com acesso gratuito, veloz e ilimitado, pelo sistema *Wi-Fi*. E não custou caro: com um investimento inicial de R\$ 17 mil, a prefeitura adquiriu da Telefônica um provedor próprio e antenas para a transmissão de dados via rádio IP. Com o sucesso do empreendimento, o prefeito e seus assessores decidiram ampliar o projeto. Em 2003, migraram da tecnologia IP para a tecnologia *Wi-Fi*. O prefeito de Sud Menucci, Celso Junqueira, dando seqüência ao processo de inclusão, pretende levar a rede à população mais carente, através da criação de telecentros, que permitirão acesso gratuito aos cidadãos que não possuem equipamento próprio. Para a conexão é necessário, além do computador, uma antena, que custa entre R\$ 200 e R\$ 300. O acesso à internet, em Sud Menucci, é gratuito a toda a população.

### Modelo americano

É nos Estados Unidos onde se concentram, atualmente, os modelos mais desenvolvidos de *City Cloud*, *Digital City* ou *Wireless City*. Eduardo Prado, consultor de Novos Negócios e Tecnologia – em matéria publicada no site especializado em telecomunicações Teleco – escreve que cada cidade digital americana busca implantar um programa adequado à sua realidade. Segundo ele, existem vários modelos de negócios que podem sustentar um projeto de *Wireless City*, mas as operadoras de Telecom americanas estão arredias, temendo a competição com as prefeituras que desenvolvem modelos próprios. A alternativa para estas operadoras, conclui o consultor, é construir parcerias com esses municípios, com “consciência social”. A cidade de Filadélfia é um exemplo recente de *Wi-Fi* subsidiado e do conflito que uma decisão dessas gera, num primeiro momento, entre governo e empresas. A prefeitura local encarou uma disputa com uma das maiores operadoras de telefonia fixa americana, a Verizon, e esse embate teve grande repercussão na imprensa mundial. Hoje, município e operadoras estabeleceram parcerias e a Filadélfia é referência mundial em *Digital City*.



Esquema da rede na cidade de Pirai

# Procura-se uma identidade para a televisão pública

Qual a missão de um emissora pública de TV? Qual deve ser a linguagem de seus programas? Qual seu modelo de sustentabilidade? Ela deve formar consumidores ou cidadãos? Passados quase 30 anos da criação das TVs educativas no Brasil, as emissoras ligadas a órgãos de governo ou a fundações públicas continuam sem saber direito qual seu papel. Enquanto muitas delas estão simplesmente ignorando a Constituição, que prevê uma complementaridade entre os sistemas público, estatal e privado, e partindo para a exploração pura e simples de publicidade, outras buscam formas de se diferenciar por uma programação que lide com as contradições existentes entre um telespectador que é ao mesmo tempo consumidor e cidadão.

As adeptas desse segundo caminho vêm na aposta por um modelo de diferenciação da TV comercial e o exemplo de iniciativas sul-americanas uma forma de provocar os dirigentes destas emissoras a sair da acomodação fácil de reproduzir fórmulas das redes privadas. Dada a constituição do sistema de televisão no Brasil, parece ser difícil romper este cerco mesmo com apoio de recursos privados. Levantamento do FNDC revela que apenas 26 das 332 geradoras de TV aberta do Brasil (menos de 10%) são de origem estatal ou pública. Destas, menos de dez estão captando verbas num mer-

cado onde mais de 70% dos investimentos publicitários do segmento televisivo vão para uma mesma rede de emissoras comerciais.

Então, qual seria a saída? “É preciso apostar no desconhecido”, disse o presidente da Radiobrás, Eugênio Bucci, em sua exposição durante a XII Plenária do FNDC. “O Brasil e praticamente todos os países da América do Sul importam para constituição de sua radiodifusão um modelo comercial, que é o modelo americano, sem, portanto, importar os marcos legais e toda a regulamentação que impede a concentração de propriedade, e nesse sentido conspira contra a pluralidade, contra a competição comercial.” Para a professora de Legislação em Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Ana Cláudia Chagas Nascimento, fomentar a qualificação da grade programática, privilegiando o jornalismo crítico, a educação e a cultura popular seria uma alternativa. “Ter interferência da iniciativa privada é endossar a perda de identidade e essência das TVs públicas”, entende.

## Canal Integración

Seguindo na direção contrária das educativas estaduais brasileiras, no âmbito sul-americano a diversidade e a variedade de canais interlocutores tece o que Bucci chama a “musculatura” de um espa-

ço público. É aí que se daria a integração cultural da América do Sul, que tem na TV uma porta de entrada nos lares dos cidadãos destes países. “Nós estamos num processo que está no seu início e que vai se fazer com pluralidade, não com canais que sejam pretensamente únicos.” Bucci avalia que o movimento necessário, neste momento, é o de mobilização das instituições públicas da América do Sul para a necessidade de compartilhar seus conteúdos e seus ideais.

Uma experiência neste sentido está em andamento. Produzida pela Radiobrás, a TV Brasil é transmitida diariamente pelo Canal Integración (CI). O CI é um espaço voltado para a América do Sul, com conteúdo cultural e informativo, de várias emissoras públicas e organizações sem fins lucrativos. “Esta iniciativa é baseada numa cooperação entre os três poderes da República, num comitê gestor em que eles têm assento, sediado dentro da Radiobrás.” A TV Brasil iniciou suas transmissões no V Fórum Social Mundial com 15 horas diárias de cobertura, inclusive com telejornal diário, transmitidos por quase todos os países, de forma especial pela Venezuela, relata. “O nosso Canal Integración, da TV Brasil, tem uma proposta marcadamente cultural e utilizamos conteúdo jornalístico da Telesur [canal criado pelo governo da Venezuela]”, informa Bucci.

## Dez propostas para o próximo milênio

No ano 2000, os pesquisadores e professores Jesús Martín-Barbero, Germán Rey e Omar Rincón assinaram um artigo em uma publicação colombiana onde traçavam uma declaração de princípios do que acreditavam ser uma “televisão pública, cultural e de qualidade”. Alguns deles ajudariam o Brasil a pensar um ponto de partida para mudar o quadro de abandono em que se encontram suas TVs educativas:

I – A televisão pública interpela o cidadão, enquanto que a televisão comercial fala ao consumidor.

II – A televisão pública deve ser o cenário do diálogo nacional intercultural

III – A televisão pública deve promover o universal, que não passa pelo comercial.

IV – A televisão pública deve deixar de se programar como uma seqüência linear e curricular da escola, para ganhar o processo e o fluxo próprios das narrativas audiovisuais.

V – A televisão pública deve fazer programas de grande im-

pacto, que se tornem fatos sociais e mereçam ser reprisados.

VI – A televisão pública deve recuperar os aspectos prazeroso, divertido, significativo, sedutor e afetivo que promovem a televisão, a cultura e a educação.

VII – A televisão pública deve ampliar as possibilidades simbólicas de representação, de reconhecimento e de visibilidade para a construção da cidadania, da sociedade civil e da democracia.

VIII – A televisão pública deve ser uma experiência cultural

IX – A televisão pública deve formar os telespectadores tanto no âmbito da leitura crítica das imagens como no do controle cidadão sobre as mensagens audiovisuais que são exibidas em toda a televisão.

X – A televisão pública deve se programar e se produzir por meio de uma chamada pública, através de processos de alocação de espaços transparentes e participativos, coerentes com as políticas culturais de comunicação e educação de cada país, e baseados no mérito dos realizadores e produtores.

Natália Ledur Alles / FNDC



Boca de rua virou fonte de sustento para os sem-teto de Porto Alegre

## Um jornal direto das ruas

Feito por mãos calejadas, mentes “perturbadas” e por um esforço único de prolongar a sobrevivência, o jornal *Boca de Rua*, de Porto Alegre, é um exemplo de cidadania e batalha pela democratização na produção da informação. Lançado no I Fórum Social Mundial, em 2001, o veículo – pensado e produzido quase que exclusivamente por moradores de rua – é pioneiro nessa linha e tem como principal fundamento “dar voz àqueles que não têm”, justifica a jornalista Rosina Duarte, colaboradora e idealizadora do projeto, juntamente com as colegas Clarinha Glock e Eliane Brum.

Gestado por comunicadores decepcionados com a forma com que a grande mídia conduz os fatos e respaldados pela

Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (Alice), o intuito de tornar os excluídos partícipes da sociedade já possui o reconhecimento da população. “A idéia era extremamente pretenciosa, mas bem intencionada. É um projeto de comunicação e inclusão”, entende Rosina.

### A notícia

O processo de realização das edições segue a técnica jornalística. Todas as segundas-feiras está marcada a reunião de pauta com os repórteres do “Boca”. Após o almoço, os “caçadores de notícias” se dividem em três grupos, com um jornalista responsável por equipe. “Ouvimos deles o que acontece nas ruas. Eles mesmos se pautam, apontam as fontes e entrevistam com seus gravadores”, relata Reinaldo Luiz dos Santos, colaborador e estudante de jornalismo. “O nosso papel é de coadjuvante. Auxiliamos só no que for necessário”, explica.

Como muitos ainda não sabem escrever, a ajuda vem na hora de colocar as idéias no papel. O trabalho é árduo. Todos falam ao mesmo tempo e a frenética forma de expor as idéias só não é maior que a velocidade das mãos dos responsáveis pela escrita. Em meio ao entusiasmo, os jornalistas distribuem os dados conforme os elementos da reportagem. “Colocamos no início o que é mais importante. Utilizamos alguns termos jornalísticos que já fazem parte do cotidiano deles, que já sabem o que é uma entrevista pingue-pongue e uma pauta, por exemplo”, relata Rosina. Já foram objeto de matérias do “Boca” temas como a fome, a Aids, as drogas, as violências diárias cometidas contra os moradores de rua e a situação dos albergues da cidade.

Concluídas as propostas de pauta, vem a elaboração das matérias. Cada equipe fica responsável pela sua reportagem e fotos. De volta à redação, localiza-se em um restaurante popular, no centro

de Porto Alegre, é decidido o que vai ser reportagem especial e capa da edição. “Eles mesmos definem os critérios”, confirma Santos. A digitação das matérias fica a cargo dos colaboradores, que finalizam o trabalho e voltam à “redação” para apresentar ao grupo a edição semi-pronta. “A opinião deles é que conta, se eles não gostam, fazemos tudo de novo”, diz o estudante. Acordada a distribuição das matérias e o projeto gráfico, manda-se para impressão. A gráfica do jornal *Zero Hora*, do grupo gaúcho RBS, é a parceira encarregada de rodar os exemplares. “O importante é que não há interferência no conteúdo das edições”, justifica Rosina.

### A equipe

O grupo é formado por cerca de 35 adultos, na maioria homens. O jornal é trimestral, com tiragem de 12 mil exemplares. A venda das edições é feita pelos próprios repórteres e todo o dinheiro arrecadado vai diretamente para eles. “Vendemos nas sinaleiras, nas praças, nos bares. É assim que conseguimos nosso sustento”, afirma Rodrigo Silva, morador de rua há 10 anos.

A atividade de colaborador do “Boca” é voluntária e possui interessados de diversas áreas. Todos que compõem as equipes possuem envolvimento com a comunicação, mas temos voluntários de Psicologia e Serviço Social. As funções de cada um são bem divididas, mas “não são hierarquizadas nem setorizadas, o trabalho é conjunto”, explica Santos.

O *Boca de Rua* tem cinco anos de vida e é um dos mais notórios projetos de democratização da comunicação no país. O sucesso em Porto Alegre é tanto que as crianças que convivem com o grupo criaram um encarte infantil chamado *Boquinha*, que é vendido junto com o jornal. O trabalho do grupo já foi alvo de reportagens e até de pesquisas acadêmicas. “É gratificante vermos a melhoria da auto-imagem de cada um. Eles se sentem e se tornam importantes”, observa Clarinha Glock.

Para Rosina, o projeto é difícil porque existe um abismo entre os níveis sociais, entre as linguagens e entre as visões de mundo, “mas não tenho dúvida de que é um aprendizado mútuo. Complicado mas prazeroso”, conclui.

## Democom entra no calendário da cultura

As resoluções de três eventos nacionais realizados no final do segundo semestre de 2005 incluem propostas pela democratização da comunicação. A prioridade número um eleita pela I Conferência Nacional de Cultura (CNC), realizada em Brasília, de 13 a 16/12, é “regulamentar as leis dos meios de comunicação de massa (art.221 da CF), através do Projeto de Lei 256, garantindo a veiculação e divulgação das produções e manifestações culturais regionais em rádio e TVs”. Os participantes do VI Congresso Brasileiro de Cinema (CBC), que aconteceu em Recife, entre 7 e 11/12, recomendaram “atuar fortemente junto ao FNDC, com vistas à implantação democrática da transmissão digital”, em nível nacional e estadual. Já o documento final da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir), de 30/6 a 2/7 de 2005, em Brasília, registra uma moção “pelo direito à comunicação” e uma moção “contra a perseguição às rádios comunitárias”. Destacando a importância do tema, as entidades promotoras do encontro realizarão um Seminário Nacional de Comunicação no próximo mês de março.

### FNDC cria seis GETs

Durante a XII Plenária do Fórum, foi aprovada a criação de seis grupos de estudo e trabalho (GETs) que deverão cuidar da interface da entidade com outras instituições e da concepção e implementação de

### Conferência Latino-americana critica concentração da mídia

A declaração final da Conferência Latinoamericana e do Caribe sobre Jornalismo Independente, realizada em novembro de 2005 na República Dominicana, manifestou o desagrado com os governos latinoamericanos que sustentam a concentração da propriedade dos meios de comunicação e transformam a região no lugar onde o impacto é mais negativo no emprego, nas condições de trabalho, nos direitos sociais dos jornalistas, na liberdade de expressão, nos conflitos éticos, deontológicos, e

projetos concretos voltados para a democratização da comunicação.

Veja quais são eles e quem são seus coordenadores: Legislação e Regulação da Comunicação (Dagmar Camargo - Comitê RS); Tecnologia Digital e Mudança

na qualidade dos veículos. O texto apontou as políticas neoliberais como responsáveis pela degradação das relações de emprego e das condições de trabalho oferecidas aos profissionais de comunicação social. A crescente concentração de propriedade dos meios em nível global, diz o documento, “põe em mãos de apenas 50 consórcios o controle de conteúdos informativos e culturais, afetando a pluralidade e a diversidade da informação. Uma das razões dessa concentração de propriedade na América Latina é o caráter familiar e sua vinculação com a hegemonia político-

Social (Thiago Skárnio - Comitê SC); Concentração dos Meios e Conglomerados de Mídia (Berenice Bezerra - Aneate); Radiodifusão Pública (Jonicael Cedraz - Comitê BA); Alfabetização para Leitura Crítica da Mídia (Andréa

econômica da região”, aponta a declaração. A conferência teve a participação de 13 países, inclusive o Brasil.

### FNDC promove seminários locais

Com o objetivo de fortalecer sua ação regional, o FNDC irá realizar seminários locais com o título “Da democratização à digitalização das comunicações”. O primeiro acontece no Rio de Janeiro, no dia 16/2. Para solicitar em sua cidade, escreva para [secretaria@fndc.org.br](mailto:secretaria@fndc.org.br). Os eventos terão apoio do Conselho Federal de Psicologia e da Federação Nacional dos Jornalistas.

Torres - Comitê SP), Conferência Nacional das Comunicações (Ricardo Moretzsohn - CFP). Para obter mais informações e inscrever-se para participar dos grupos escreva para [gets@fndc.org.br](mailto:gets@fndc.org.br)



# Os donos da mídia

## Quadro das bases do poder econômico e político constituído a partir das redes privadas de televisão no Brasil

**Dominando o mercado de TV de US\$ 3 bilhões, 6 Redes Privadas Nacionais, através de 138 Grupos Afiliados, controlam 668 veículos (TVs, rádios e jornais), instrumentos de poder regional e nacional.**

Em meados da década de 60, sob a forma de operação em redes nacionais, a TV brasileira disparou como destino das verbas de mídia. A crescente importância econômica do meio corresponde à influência política e cultural. Em torno de Grupos Cabeça-de-Rede (empresas geradoras da programação nacional das redes) passam a orbitar dezenas de Grupos Afiliados (empresas regionais que, basicamente, transmitem a programação das geradoras).

Com o respaldo das redes, estes grupos fortalecem suas operações regionais. Os demais veículos destes grupos beneficiam-se da TV assim como a Impulsão.

O Epcocom — Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação — fez um levantamento dos veículos ligados às emissoras de TV no Brasil. Neste infográfico, estão alguns dos resultados referentes ao principal segmento: o das redes privadas nacionais. Vinculadas às 296 emissoras de TV existem outros 372 veículos de comunicação.

### PORQUE A GLOBO CONTINUA IMBATÍVEL

**A análise da estruturação das redes privadas nacionais de TV aberta mostra porque a Rede Globo prossegue muito à frente das demais**

#### Rede Globo

- Aglutina o maior número de veículos em todas as modalidades — TV, rádio e jornal. Tem quase o dobro do que o SBT, que ocupa o 2 lugar.
- Seu Grupo Cabeça-de-Rede é o único, entre as demais redes, que controla o maior número de grupos diversificados — TV, rádio e jornal — 40,6% de todos os existentes vinculados às redes.
- A maioria dos principais grupos regionais de mídia são os Afiliados da Globo.
- Está presente em todos os Estados.
- O Grupo Cabeça-de-Rede tem 86% dos seus veículos concentrados na região Sudeste.

#### Rede Record

- Apresenta grande concentração na região Sudeste.
- Seu Grupo Cabeça-de-Rede é o que mais detém veículos próprios em todas as regiões do país, em redes.
- Controla também duas redes de TV segmentada: a Rede Mulher (três emissoras) e a Rede Família (duas emissoras).
- No seu conjunto, apresenta uma disseminação equitativa pelas diversas regiões, sem concentração excessiva nos pequenos mercados.

#### Rede Bandeirantes

- Está bastante concentrada na região Sudeste.
- A maior parte dos seus Grupos Afiliados limita-se à mídia eletrônica.

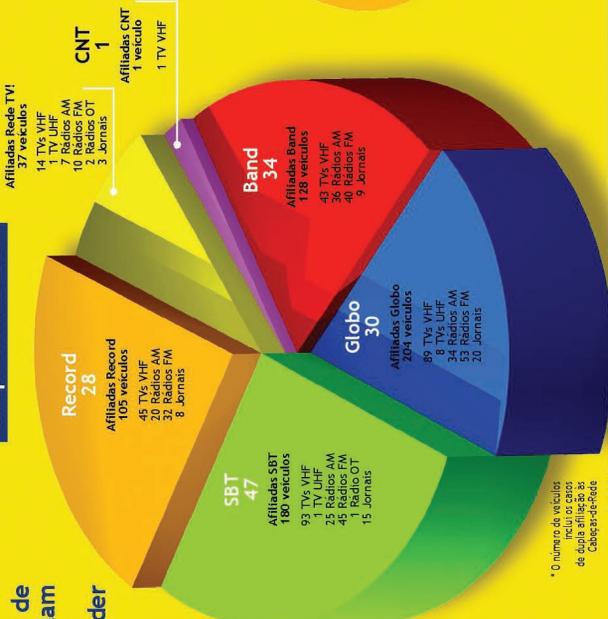
#### Rede TVI

- Dispõe de apenas cinco emissoras de TV e três Grupos Afiliados.
- Quase dois terços dos seus veículos são controlados pelas regiões Norte e Centro-Oeste.
- E a rede com menor presença na região Sudeste.
- Seus Grupos Afiliados limitam-se a mídia eletrônica.

#### Rede CNT

- Tem apenas 5 emissoras de TV e 1 emissora de rádio.
- Seu Grupo Afiliado, com uma emissora, restringe a sua atuação às regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

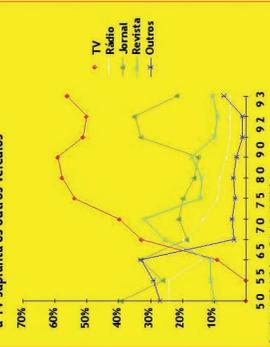
### Grupos Afiliados\*



\* O número de veículos inclui os grupos de distribuição Cabeça-de-Rede

### EVOLUÇÃO DA VERBA PUBLICITÁRIA

Desde a década de 60, a TV suplanta os outros veículos



Fonte: Grupo de Mídia de TV, Comunicação, Associação de Mídia

**6 redes privadas predominam no segmento de TV, vinculando-se a 372 outros veículos (emissoras de rádio e jornais)**

Redes e Grupos	Emissoras de TV	Outros Veículos	Total
6 Redes Privadas Nacionais de TV	296	372	668
Redes públicas, segmentadas e grupos independentes	35	102	135

Fonte: Fundação Epcocom

**A TV e o rádio são as maiores e únicas fontes de informação para a maioria dos brasileiros**

- A TV está presente em 87,7% dos domicílios
- 88% dos brasileiros ouvem rádio todos os dias
- 39% não têm revista ou só têm acesso menos de uma vez por semana
- 48% não têm jornal ou só têm acesso menos de uma vez por semana

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1993

**Grupos que controlam 89 veículos são afiliados a duas redes de TV simultaneamente**

- 12 grupos Afiliados têm emissoras de TV vinculadas a mais de uma rede
- 7 destes grupos controlam emissoras de duas redes distintas na mesma cidade

Fonte: Fundação Epcocom

**Os grupos Cabeça-de-Rede de TV dominam os principais mercados enquanto os grupos Afiliados das redes ficam restritos aos menores**

Grupos	% dos seus Veículos	Regiões	% do PIB	% dos Investimentos Publicitários em TV
Afiliados	66%	Norte, Nordeste, Centro-Oeste	24,9%	21,7%
Cabeças-de-Rede	74,7%	Sudeste, Sul	75,1%	78,3%

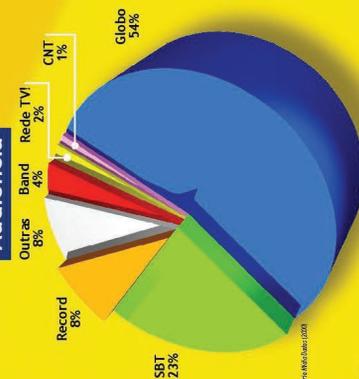
Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1993

### Cabeças-de-Rede



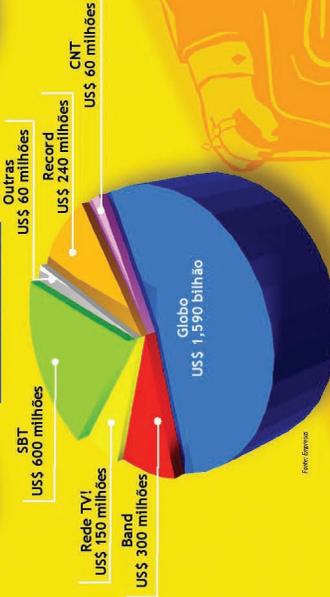
Fonte: Fundação Epcocom

### Audiência



Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1993

### Mercado de TV



Fonte: Epcocom

**A TV é atualmente o veículo dominante no mercado publicitário**

Veículo	Participação	Valores (US\$)
TV	56,1%	3.007 bilhões
Rádio	10,6%	566 milhões
Revista	4,9%	262 milhões
Outros	6,9%	370 milhões

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1993

**A maioria dos grupos Afiliados são pequenos e pouco diversificados**

**92,1%**

atua somente em um Estado

**74,7%**

possuem apenas emissoras de TV e rádio

**Os grupos Afiliados são subordinados aos Cabeças-de-Rede e também reproduzem a concentração do mercado**



Fonte: Fundação Epcocom

**3,5 horas**

é a média diária de tempo que o brasileiro passa vendo TV

**81%**

da população assiste à TV todos os dias



**EPCOM**

Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação

www.acesso.com.br

info@acesso.com.br

Rua Lusitana, 607 • Bairro Higienópolis

CEP 90520-080 • Porto Alegre-RS

Fone/fax (51) 3337-4800

# Definitivamente, há algo mais no céu do que os aviões de carreira.

A opinião que você nem sabia que tinha.  
O desejo de comprar algo que ontem  
não existia.

A celebridade que você não conhece  
mas é sua amiga.

O que a mídia não diz mas quer que  
você pense.

Tudo isso é invisível aos olhos. Mas está  
no ar. Todos os dias. Em todos os lares.  
Democratizar a comunicação é aprender  
a produzir informação e a decifrar as  
mensagens que nos entregam.

O caminho é longo.  
Venha trilhá-lo com a gente.

Associe-se ao FNDC.  
Mais informações em [www.fndc.org.br](http://www.fndc.org.br)

